

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 0004.2026.CC-PROF-II.PE.0004.PROFISCO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 0004.PROFISCO

PREÂMBULO

O Estado de Pernambuco, por intermédio da **SECRETARIA DA FAZENDA DE PERNAMBUCO**, através do Pregoeiro Patricia de Lucena Farias, designado(a) por meio da Portaria nº 4.066, de 30 de dezembro de 2024, publicada no Diário Oficial do Estado de Pernambuco, edição do dia 31/12/2024, torna público, para conhecimento dos interessados, em atendimento a Comunicação Interna nº 76/2026 da Gerência de Terceirizações, Documentos e Imóveis, e com a respectiva autorização do Superintendente Administrativo, Carlos Eduardo Araújo Pereira, a abertura da licitação na modalidade **PREGÃO ELETRÔNICO**, do tipo **MENOR PREÇO GLOBAL/POR LOTE**, a ser realizado por meio da utilização de recursos de tecnologia da informação - *Internet*, de acordo com a Lei Federal nº 14.133/21, a Lei Complementar nº 123/06 e o Decreto Estadual nº 54.142/2022, e respectivas alterações, aplicando-se subsidiariamente as demais normas regulamentares aplicáveis à espécie, a realizar-se no local e horário a seguir:

INFORMAÇÕES GERAIS

SISTEMA ELETRÔNICO UTILIZADO: COMPRAS.GOV.BR

ENDEREÇO ELETRÔNICO: www.gov.br/compras

DADOS PARA CONTATO

PREGOEIRO: Patricia de Lucena Farias

FONE: (81) 3183.5711 **E-MAIL:** ccprofisco2@sefaz.pe.gov.br

ENDEREÇO: Avenida Cruz Cabugá, nº 1419, 1º andar, bairro Santo Amaro, CEP: 50.040-000, Recife - PE

Os períodos para recebimento de propostas e para início da sessão de disputa de preços estarão indicados no aviso de abertura do certame.

OBSERVAÇÃO 1: Para todas as referências de tempo será obrigatoriamente adotado o horário de Brasília - DF.

OBSERVAÇÃO 2: Na hipótese de não haver expediente na data fixada, ficará a sessão adiada para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo site e hora, salvo as disposições em contrário.

1. DO OBJETO

1.1. A presente licitação tem como objeto o fornecimento com instalação, de sistema de controle de acesso de veículos e motocicletas, incluindo assistência técnica com manutenção preventiva e corretiva durante o período de garantia, conforme especificações e quantitativos previstos no Termo de Referência (Anexo I), visando atender às necessidades da Secretaria da Fazenda de Pernambuco.

1.2. O objeto desta licitação está agrupado em lote único, com itens aglutinados, conforme tabela constante no Termo de Referência (Anexo I).

2. DA DESPESA E DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

2.1. A despesa total com a execução do objeto desta licitação é estimada em **R\$ 203.358,35 (duzentos e três mil, trezentos e cinquenta e oito reais e trinta e cinco centavos)**, na forma indicada no Termo de Referência.

2.2. As despesas decorrentes desta licitação estão incluídas no orçamento do Estado de Pernambuco, para o presente exercício, na classificação abaixo:

Unidade Orçamentária (UO): **00109**

UG: **150110**

Programa de Trabalho: **04.129.0587.3441.A567**

Natureza da despesa: **4.4.90**

Fonte de Recurso: **0754004757**

Despesa Gerencial: **OPERAÇÕES DE CRÉDITO - Operações de Crédito**

Tipo de Despesa: () CUSTEIO () EXECUTIVA (**X**) INVESTIMENTO

3. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

3.1. Poderão participar deste Pregão os interessados que estiverem previamente credenciados no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF e no Sistema de Compras do Governo Federal (www.gov.br/compras).

3.1.1. Os interessados deverão atender às condições exigidas no cadastramento no Sicafe até o terceiro dia útil anterior à data prevista para recebimento das propostas.

3.1.2. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

3.2. É obrigação do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados no item anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados. A não observância dessa obrigação poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

3.3 A participação no processo licitatório implica na aceitação, pelo licitante, do seu cadastro também no sistema PE-INTEGRADO, para fins de integração do compras.gov.br com os sistemas utilizados pelo Poder Executivo Estadual.

3.4. Não poderão participar desta licitação:

3.4.1. Pessoa física ou jurídica impedida de licitar e contratar com a Administração Direta e Indireta do Estado de Pernambuco, nos termos do art. 156, III e § 4º, da Lei nº 14.133/2021, e do art. 7º da Lei Federal nº 10.520, de 17 de julho de 2022, durante o prazo da sanção aplicada ou até que seja promovida sua reabilitação;

3.4.2. Pessoa física ou jurídica suspensa temporariamente de participar em licitação e impedimento de contratar com a Administração, nos termos do art. 87, III, da Lei federal nº 8.666, de 1993;

3.4.3. Pessoa física ou jurídica declarada inidônea para licitar ou contratar com toda a Administração Pública, nos termos do art. 156, IV e §5º, da Lei 14.133/2021, e do art. 87, IV, da Lei Federal nº 8.666, de 1993, durante o prazo da sanção aplicada ou até que seja promovida sua reabilitação;

3.4.4. Pessoa física ou jurídica que tenha sido proibida de contratar com o Poder Público em razão de condenação por ato de improbidade administrativa, nos termos do artigo 12 da Lei Federal nº 8.429/1992;

3.4.5. Licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante;

3.4.6. Pessoa física ou jurídica enquadrada nas vedações previstas no art. 14 da Lei nº 14.133/21;

3.4.7. Pessoa jurídica cujo ramo de atividade previsto em estatuto ou contrato social não seja pertinente e compatível com o objeto desta licitação;

3.4.8. Agente público do órgão ou entidade licitante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme § 1º do art. 9º da Lei n.º 14.133, de 2021;

3.4.9. Pessoa física ou jurídica que integre o rol de pessoas sancionadas por agência oficial de cooperação estrangeira ou por organismo financeiro internacional;

3.4.10. Pessoas jurídicas reunidas em consórcio;

3.4.11. Participação de profissionais organizados em cooperativa;

3.4.12. Participação de pessoas físicas;

3.4.13. Participação de agricultor familiar E/OU produtor rural.

4. DO CONSÓRCIO

Não se aplica.

5. DA REFERÊNCIA DE TEMPO

5.1. Todas as referências de tempo previstas neste Edital, no Aviso e durante a sessão pública observarão obrigatoriamente o horário de Brasília – DF.

5.2. As sessões serão iniciadas em dias úteis.

5.2.1. Serão considerados como dias não úteis os sábados, domingos, feriados nacionais, estaduais e demais feriados e pontos facultativos publicados em Diário Oficial que influam no horário de funcionamento do órgão licitante.

5.2.2. Sessões já iniciadas poderão ser suspensas, cabendo ao pregoeiro informar, através do Sistema, a data e horário para retomada.

5.2.3. Os prazos para encaminhamento da proposta e dos documentos de habilitação digitalizados serão computados em horas corridas.

5.2.4. Em caso de suspensão, quando da retomada da sessão, os prazos concedidos serão restituídos por tempo igual ao que faltava para sua complementação.

5.3. Havendo calamidade pública, fato relevante devidamente justificado ou necessidade de adequação de horário por motivos de administração interna, os horários previstos no item **5.2** poderão ser alterados, cabendo ao pregoeiro informar previamente às licitantes a alteração e a nova data e horário para retomada, através do sistema.

6. DOS ESCLARECIMENTOS E DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL

6.1. Qualquer pessoa é parte legítima para apresentar pedido de esclarecimento ou impugnar este Edital, devendo protocolar o pedido, por meio do e-mail indicado no preâmbulo deste Edital, em até 3 (três) dias úteis antes da data fixada para a abertura da sessão pública.

6.2. As respostas aos pedidos de esclarecimento ou às impugnações vincularão os participantes e a Administração e serão divulgadas no Sistema pelo pregoeiro no prazo de **até 05 (cinco) dias úteis**, limitado ao último dia útil anterior à data de abertura do certame.

6.3. A impugnação não possui efeito suspensivo, exceto em situações excepcionais devidamente motivadas pelo pregoeiro.

6.4. Acolhida a impugnação, será republicado o Edital com as mesmas formalidades de sua publicação original e, conforme o caso, será definida nova data para realização do certame.

6.5. Não serão conhecidas impugnações apresentadas intempestivamente ou em desacordo com as regras estabelecidas neste Edital.

7. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA INICIAL

7.1. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o preço ou o percentual de desconto, conforme o critério de julgamento adotado neste Edital, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.

7.2. No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:

7.2.1. está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;

7.2.2. não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;

7.2.3. não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;

7.2.4. cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

7.3. O licitante organizado em cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.4. A licitante enquadrada Microempresa - ME, Empresa de Pequeno Porte - EPP Microempreendedor Individual (MEI) deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos nos artigos 3º e 18 -A da Lei Complementar nº 123, de 2006, e os requisitos de habilitação deste edital, mesmo que tenha restrição na documentação comprobatória da regularidade fiscal e trabalhista estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei n.º 14.133, de 2021.

7.4.1. nos itens exclusivos ou reservados à participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” impedirá o prosseguimento no certame, para aquele item;

7.4.2. nos itens em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006, mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa.

7.5. A falsidade da declaração de que trata os itens 7.2 ou 7.4 sujeitará o licitante às sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e neste Edital.

7.6. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta anteriormente inserida no sistema, até a abertura da sessão pública.

7.7. Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.

7.8. Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.

7.9. Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, o licitante poderá parametrizar o seu valor final mínimo ou o seu percentual de desconto máximo quando do cadastramento da

proposta e obedecerá às seguintes regras:

7.9.1. a aplicação do intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta; e

7.9.2. os lances serão de envio automático pelo sistema, respeitado o valor final mínimo, caso estabelecido, e o intervalo de que trata o subitem acima.

7.10. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado no sistema poderá ser alterado pelo fornecedor durante a fase de disputa, sendo vedado:

7.10.1. valor superior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por menor preço; e

7.10.2. percentual de desconto inferior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por maior desconto.

7.11. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado na forma do item **7.10** possuirá caráter sigiloso para os demais fornecedores e para o órgão ou entidade promotora da licitação, podendo ser disponibilizado estrita e permanentemente aos órgãos de controle externo e interno.

7.12. Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

7.13. O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

8. DA ABERTURA E DO PROCESSAMENTO DA LICITAÇÃO

8.1. A licitação será realizada em sessão pública, por meio da Internet, mediante condições de segurança, criptografia e autenticação, em todas as suas fases.

8.2. Durante a sessão pública, a comunicação entre o pregoeiro e as licitantes ocorrerá exclusivamente mediante troca de mensagens, em campo próprio do sistema eletrônico.

8.3. Cabe à licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública da licitação, ficando responsável por eventuais ônus decorrentes da perda de negócios causada pela inobservância de qualquer mensagem emitida pelo sistema ou por motivo de desconexão.

8.4. A abertura da sessão pública ocorrerá na data e horário indicados no preâmbulo deste Edital, com a divulgação das propostas de preços recebidas, na forma prevista neste instrumento convocatório.

8.5. O pregoeiro verificará as propostas apresentadas e desclassificará, motivadamente, aquelas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos neste Edital.

8.5.1. O pregoeiro poderá suspender a sessão pública para a análise dos documentos relativos às garantias de proposta apresentadas pelas licitantes.

8.6. Será desclassificada a proposta que contenha elementos que permitam a sua identificação.

8.7. A desclassificação será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.

8.8. Somente as licitantes com propostas classificadas participarão da fase de lances.

9. DA FASE DE LANCES

9.1. Aberta a etapa competitiva, os representantes das licitantes classificadas deverão estar conectados ao sistema eletrônico e poderão encaminhar lances sucessivos, exclusivamente por meio do sistema eletrônico.

9.1.1. O lance deverá ser ofertado pelo valor unitário do Lote.

9.1.2. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.

9.1.3. O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser de 0,01 (um centavo).

9.1.4 O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexecutável.

9.2. Caso a licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

9.3. O sistema eletrônico não identificará o autor dos lances aos demais participantes.

9.4. A licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ao último por ela ofertado e registrado no sistema.

9.5. Durante o transcurso da sessão, as licitantes serão informadas, em tempo real, do valor do menor lance registrado.

9.6. Não serão aceitos dois ou mais lances iguais provenientes de licitantes distintas, prevalecendo aquele que for recebido e registrado primeiro.

9.7. Salvo se houver evidente erro material, não poderá haver desistência dos lances ofertados, sujeitando-se a licitante desistente às penalidades estabelecidas neste Edital.

9.8. Se ocorrer a desconexão do pregoeiro no decorrer da etapa de lances, e o sistema eletrônico permanecer acessível às licitantes, os lances continuarão sendo recebidos, sem prejuízo dos atos realizados.

9.9. No caso de a desconexão do pregoeiro persistir por tempo **superior a 10 (dez) minutos**, a sessão será suspensa e terá reinício somente após comunicação expressa aos participantes no endereço www.gov.br/compras, salvo na situação prevista no item **9.8**.

9.10. Na situação acima, o reinício deve acontecer no turno seguinte ao da sessão suspensa, salvo em caso de impossibilidade, hipótese na qual a comunicação aos participantes deve ocorrer com antecedência mínima de 24 (vinte e quatro) horas.

9.11. O procedimento da etapa de lances seguirá de acordo com o modo de disputa **ABERTO**.

9.12. A etapa de lances públicos e sucessivos terá duração de **10 (dez) minutos** e, após esse prazo, será prorrogada automaticamente pelo sistema se houver oferta de lance nos últimos **02 (dois) minutos** do período de duração.

9.12.1. A prorrogação automática de que trata o item **9.12** será de 02 (dois) minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive quando se tratar de lances intermediários.

9.13. Na hipótese de não haver novos lances na forma prevista no item **9.12.1**, a sessão pública será encerrada automaticamente e o sistema ordenará e divulgará os lances em ordem crescente de classificação.

9.14. Definido o melhor lance, se a diferença em relação ao lance classificado em segundo lugar for de pelo menos 5%, o Agente de Contratação poderá admitir, por uma única vez, o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.

9.15. Após o reinício previsto no item acima, as licitantes serão convocadas para apresentar lances intermediários, podendo optar por manter o seu último lance, ou por ofertar lance de valor inferior ou percentual de desconto superior.

9.16. Encerrada a etapa de que trata o item **9.15**, o sistema ordenará e divulgará os lances em ordem crescente de vantajosidade, que se dará, conforme o critério de julgamento previsto neste edital.

10. DOS CRITÉRIOS DE DESEMPATE

10.1. Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de

pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, se houver, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, regulamentada pelo Decreto nº 8.538, de 2015.

10.1.1. Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

10.1.2. A melhor classificada nos termos do subitem anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

10.1.3. Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

10.1.4. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

10.2. Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.

10.2.1. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021, nesta ordem:

10.2.1.1. disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;

10.2.1.2. avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos nesta Lei, conforme regulamento;

10.2.1.3. desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;

10.2.1.4. desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.

10.2.2. Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

10.2.2.1. empresas estabelecidas no território do Estado de Pernambuco;

10.2.2.2. empresas brasileiras;

10.2.2.3. empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

10.2.2.4. empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009.

10.2.3. Persistindo o empate, caso as regras previstas nos itens acima não solucionem o desempate, será realizado sorteio em sessão pública.

11. DA NEGOCIAÇÃO

11.1. Após o encerramento da fase de disputa, o Pregoeiro deverá negociar os preços apresentados pelas licitantes, podendo encaminhar contraproposta diretamente àquela que tenha apresentado o lance mais vantajoso, observado o critério de julgamento e o valor máximo estimado para a contratação.

11.2. A negociação será realizada por meio do sistema eletrônico, podendo ser acompanhada pelas demais licitantes.

11.2.1. O resultado da negociação será registrado na ata da sessão pública e divulgado a todos os licitantes.

11.3. Se, após a negociação, a licitante classificada provisoriamente em primeiro lugar não oferecer proposta compatível com o valor máximo do orçamento estimado, será desclassificada da licitação, sem prejuízo da aplicação da penalidade cabível.

11.4. Os preços finais, unitários e totais, propostos pelos licitantes não poderão ultrapassar o preço unitário e global estimado pela Administração, sob pena de desclassificação da proposta.

11.4.1. No critério de julgamento pelo maior desconto, o preço já decorrente da aplicação do desconto ofertado deverá respeitar o valor máximo do orçamento estimado.

11.5. No caso previsto no item **11.3**, o Pregoeiro buscará negociar com as licitantes subsequentes, na ordem de classificação, buscando obter proposta com valor, no mínimo, igual ao previsto no orçamento estimado.

11.6. O sistema eletrônico informará a proposta de menor preço ou maior desconto imediatamente após o encerramento da etapa de lances ou, quando for o caso, após negociação promovida pelo Pregoeiro.

12. DA CONVOCAÇÃO DA LICITANTE CLASSIFICADA PROVISORIAMENTE EM PRIMEIRO LUGAR

12.1. Após a negociação e antes da convocação da licitante para apresentar a proposta adequada ao último lance, o Pregoeiro verificará se ela se enquadra em uma das vedações previstas no item **3.3** deste Edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame, mediante consulta ao e-fisco, PE-Integrado, Compras.Gov.Br, Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP).

12.1.1. A inscrição da licitante no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas - CNEP será impeditiva apenas nos casos em que o efeito da sanção apontada no referido cadastro representar óbice à participação em licitações e contratações do Estado de Pernambuco.

12.1.2. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, nos termos do art.12 da Lei nº 8.429, de 1992.

12.1.3. Caso reste configurada a ocorrência de alguma das vedações elencadas no item **3.3** deste edital, será declarado o impedimento de sua participação na presente licitação, devendo o Pregoeiro repetir este procedimento, convocando as licitantes subsequentes, de acordo com a ordem de classificação.

12.2. A licitante classificada provisoriamente em primeiro lugar será convocada para apresentar a PROPOSTA DE PREÇO ADEQUADA AO ÚLTIMO LANCE, devidamente preenchida na forma do Modelo de Proposta de Preços (Anexo B do TR), bem como os DOCUMENTOS EXIGIDOS PARA A HABILITAÇÃO DIGITALIZADOS, para fins de exame de aceitabilidade do preço e de sua habilitação.

12.3. Os documentos deverão ser incluídos no Sistema no prazo de **02 (duas)** horas corridas, contado a partir da convocação do Pregoeiro.

12.4. O prazo de que trata o item **12.3** poderá ser prorrogado por igual período, antes do término do prazo originalmente previsto, mediante solicitação da licitante ou de ofício, a critério do Pregoeiro.

12.5. Recomenda-se que as licitantes iniciem a sessão de abertura da licitação com todos os documentos necessários à classificação/habilitação previamente digitalizados.

12.6. A licitante responsabilizar-se-á pela documentação encaminhada, assumindo como verdadeiras suas propostas, declarações e atestados.

12.7. Os arquivos encaminhados deverão estar legíveis.

12.8. Caberá à licitante confirmar o recebimento pelo Pregoeiro dos documentos encaminhados pelo sistema, responsabilizando-se pelo ônus decorrente da perda de negócios

causada pela inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo Pregoeiro no sistema.

12.9. A licitante que abandonar o certame, deixando de encaminhar a proposta e/ou documentos de habilitação DIGITALIZADOS, no todo ou em parte, no prazo previsto no item **12.3**, será desclassificada ou inabilitada do certame, conforme o caso, e sujeitar-se-á às sanções previstas neste Edital.

12.10. A sessão será suspensa para aguardo da proposta de preços e dos documentos de habilitação, cabendo ao Pregoeiro informar, através do sistema eletrônico, a data e o horário para retomada da licitação e divulgação da aceitabilidade da proposta e do resultado da habilitação.

13. DA ANÁLISE DA PROPOSTA

13.1. O Pregoeiro examinará a proposta mais bem classificada quanto à compatibilidade do preço ofertado com o valor estimado e à compatibilidade do objeto com as especificações técnicas do edital.

13.1.1. O Pregoeiro poderá solicitar parecer de técnicos pertencentes ao quadro de pessoal do Estado de Pernambuco ou de pessoas físicas ou jurídicas com a expertise necessária, contratados para este fim.

13.2. Eventuais falhas formais ou materiais da proposta, como erros no preenchimento da planilha ou outros que não impedem a caracterização do objeto e a prestação dos serviços nos termos desta licitação, não constituem motivo para a desclassificação da proposta e deverão ser corrigidos pela licitante.

13.2.1. Os ajustes da proposta não poderão implicar alteração de sua substância nem aumento do seu valor global.

13.2.2. Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.

13.2.3. O Pregoeiro poderá fixar prazo para o reenvio do anexo contendo a proposta ajustada quando o preço total ofertado for aceitável, mas os preços unitários que o compõem necessitarem de ajustes para adequação aos valores estimados.

13.2.4. No caso de discrepância entre valores grafados em algarismos e por extenso, prevalecerá o valor por extenso.

13.2.5. No caso de erro de multiplicação do preço unitário pela quantidade correspondente, o produto será retificado, mantendo-se inalterados o preço unitário e a quantidade.

13.2.6. No caso de erro de somatório, a adição será retificada, mantendo-se inalteradas as parcelas.

13.2.7. No caso de erros de transcrição das quantidades previstas para o fornecimento, o produto será corrigido devidamente, mantendo-se o preço unitário e se corrigindo a quantidade e o preço total.

13.3. Para a análise da compatibilidade do objeto com as especificações técnicas do edital, a licitante deverá anexar à proposta para os itens 1,2,3 e 7 do os seguintes documentos: manuais(quando houver) ou especificação técnica detalhada do equipamento, além de indicação de fabricante/modelo ou indicação de site para comprovação.

13.3.1. A não apresentação dos documentos referidos no item **13.3** será causa de desclassificação da proposta do licitante, se não houver o saneamento hábil em sede de diligência na forma do item **13.5, e**).

13.4. Na análise da proposta não se considerará qualquer oferta de vantagem não prevista neste Edital, inclusive financiamentos subsidiados ou a fundo perdido.

13.5. Serão desclassificadas as propostas que:

a) não obedeçam às especificações técnicas previstas neste Edital;

b) permaneçam com valores unitários ou global superiores aos estimados, após a negociação de que trata o item **11**;

- c)** contenham preços manifestamente inexequíveis ou não tenham sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;
- d)** apresentem vício ou desconformidade insanável com quaisquer outras exigências deste Edital;
- e)** contenham falhas, apontadas pelo Pregoeiro, não corrigidas nem justificadas, mesmo após a oportunidade de saneamento de que trata o item **16** deste Edital;
- f)** apresentem valores simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços de mercado, exceto quando se referirem a materiais e instalações de propriedade da licitante, para os quais ela renuncie à parcela ou à totalidade de remuneração.
- 13.6.** Considerar-se-á indício de inexequibilidade de proposta valores inferiores a **50% do valor estimado** para contratação.
- 13.6.1.** Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, o Pregoeiro deverá, por meio de diligência, conferir à licitante a oportunidade de demonstrar a exequibilidade da sua proposta.
- 13.6.2.** A inexequibilidade só ficará comprovada quando, cumulativamente, o custo da licitante ultrapassar o valor da proposta e inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o valor proposto.
- 13.6.3.** A análise de exequibilidade da proposta não considerará materiais e instalações a serem fornecidos pela licitante em relação aos quais conste da proposta renúncia expressa à parcela ou à totalidade da remuneração.
- 13.7.** Não se admitirá proposta que não observe a desoneração do ICMS quando se tratar de hipótese enquadrada na isenção prevista no Decreto Estadual nº 44.650/17 (Convênio ICMS 73/04).
- 13.8.** Na proposta, não poderão ser incluídos pagamentos antecipados de quaisquer etapas ou serviços.
- 13.9.** Se a proposta da licitante provisoriamente classificada em primeiro lugar não for aceita, o pregoeiro retomará a sessão pública para convocar as licitantes subsequentes, obedecida a ordem de classificação, a fim de apresentarem proposta de preços e documentos de habilitação, no mesmo prazo e condições do item **12.3**, e realizarem a negociação de que trata o item **11**, até a apuração de uma que atenda às condições editalícias.
- 13.10.** Quando todas as licitantes forem desclassificadas, o pregoeiro poderá fixar o prazo de 8 (oito) dias úteis para a apresentação de novas propostas escoimadas das causas de desclassificação.
- 13.11.** Classificada a proposta, o Pregoeiro dará início à fase de habilitação da licitante classificada em primeiro lugar, mediante a verificação da documentação exigida neste Edital.

14. DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

14.1. A licitante classificada provisoriamente em primeiro lugar deverá apresentar os seguintes documentos, nos termos e prazo previstos neste Edital:

14.2. Habilitação Jurídica:

14.2.1. Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede.

14.2.2. Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>.

14.2.3. Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal - SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores.

14.2.4. Sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade

federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020.

14.2.4.1. Sociedades estrangeiras que não funcionem no País devem apresentar documentos de habilitação equivalentes, na forma de regulamento emitido pelo Poder Executivo Federal, inicialmente em tradução livre.

14.2.5. Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores.

14.2.6. Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz.

14.2.7. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

14.3. Regularidade Fiscal, Social e Trabalhista:

14.3.1. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

14.3.2. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, através da Certidão Negativa de Débitos relativos a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União (CND), expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, ou Certidão Positiva com Efeitos de Negativa;

14.3.3. Prova de regularidade relativa ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS, comprovada através de apresentação de certidão fornecida pela Caixa Econômica Federal;

14.3.4. Prova de inscrição no Cadastro de Contribuintes Estadual relativo ao domicílio da licitante;

14.3.5. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

14.3.6. Prova de regularidade para com a Fazenda Estadual, mediante apresentação de Certidão de Regularidade Fiscal (CRF) emitida pela Secretaria da Fazenda relativa ao domicílio da licitante.

14.3.6.1. Se o domicílio da licitante se localizar fora do Estado de Pernambuco, deverá ser apresentada, adicionalmente, a CRF de Pernambuco.

14.3.7. Prova de regularidade perante a Justiça do Trabalho, através de Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT ou Certidão Positiva com efeitos de Negativa, de acordo com a Lei nº 12.440/2011 e Resolução Administrativa nº 1.470/2011 do TST.

14.3.8. As microempresas, as empresas de pequeno porte e o Microempreendedor Individual (MEI) deverão apresentar toda a documentação exigida para fins de regularidade fiscal e trabalhista, mesmo que apresente alguma restrição, sendo a comprovação efetiva exigível somente para efeito de contratação, nos termos dos arts. 42 e 43 da LC 123, de 2006 e art. 4º do Decreto Federal 8.538, de 2015.

14.3.9. Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal ou trabalhista da Microempresa, da Empresa de Pequeno Porte ou do Microempreendedor Individual, será assegurado o prazo de 05 (cinco) dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que a proponente for declarada vencedora do certame, prorrogável por igual período, a critério da administração, para regularização da documentação, para pagamento ou parcelamento do débito e para emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa.

14.3.10. A não regularização da documentação, no prazo previsto no subitem anterior, implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.

14.3.11. Caso a licitante esteja em recuperação judicial, estará dispensada da apresentação dos documentos de regularidade fiscal, social e trabalhista, com exceção da certidão de regularidade perante a Previdência Social, nos termos do artigo 52, inciso II, da Lei Federal nº 11.101/2005.

14.3.11.1. Para os fins do disposto no item acima, a licitante deverá apresentar decisão judicial em vigor que autorize o processamento do pedido de recuperação e dispense expressamente as certidões negativas, e comprovar que o respectivo plano de recuperação ainda não foi aprovado e homologado em juízo.

14.3.11.2. Caso a licitante em recuperação judicial já tenha tido seu plano aprovado e homologado em juízo até a data de abertura da fase de habilitação do certame, a dispensa prevista acima não subsiste e a licitante deverá apresentar todas as certidões de regularidade requeridas neste Edital.

14.4. Qualificação Técnica:

14.4.1. Comprovação de experiência prévia no fornecimento de bens similares ou compatíveis, com características, quantitativos, complexidade tecnológica e operacional equivalentes ou superiores ao objeto desta licitação, ou com o item pertinente, mediante atestado(s) fornecido(s) por pessoa(s) de direito público ou privado ou regularmente emitido(s) pelo conselho profissional competente, quando for o caso.

14.4.1.1. Será considerado compatível em características o fornecimento de solução integrada de controle de acesso de veículos e motocicletas, composta pelos equipamentos, softwares, acessórios e serviços necessários ao pleno funcionamento do sistema, incluindo instalação, configuração e testes, conforme as especificações técnicas mínimas estabelecidas neste Termo de Referência;

14.4.1.1.1. Será considerado compatível com a quantidade o(s) atestado(s) que apresentar (em), no mínimo, 40% (quarenta por cento) das quantidades estimadas na licitação para o lote único.

14.4.1.2. Para fins de aferição do percentual mínimo de **40% (quarenta por cento)** relativo à qualificação técnica, em sendo obtido resultado cujo número possua casas decimais, deverá ser realizado arredondamento para o primeiro **maior** número inteiro.

14.4.1.3. Será admitido, para fins de comprovação do quantitativo mínimo, o somatório das quantidades descritas em um ou mais atestados apresentados.

14.4.1.4. Serão aceitos atestados ou outros documentos hábeis emitidos por entidades estrangeiras quando acompanhados de tradução para o português, salvo se comprovada a inidoneidade da entidade emissora.

14.4.1.5. Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do fornecedor.

14.4.1.6. Não serão aceitos atestados emitidos pela licitante, em seu próprio nome, nem qualquer outro em desacordo com as exigências do Edital.

14.4.1.7. A licitante disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foi executado o objeto contratado, dentre outros documentos.

14.5. Qualificação Econômico-Financeira:

14.5.1. Certidão Negativa de Falência, expedida pelo distribuidor ou distribuidores (caso exista mais de um) da sede ou domicílio da licitante.

14.5.1.1. Certidão Negativa de Falência referente aos processos distribuídos pelo PJe (**processos judiciais eletrônicos**) da sede ou domicílio da licitante;

14.5.1.2. A certidão descrita no item **14.5.1.1** somente é exigível quando a certidão negativa de Falência da sede ou do domicílio da licitante contiver a **ressalva expressa** de que não abrange os processos judiciais eletrônicos.

14.5.1.3. No caso de Certidão Positiva de Falência, a licitante será inabilitada, salvo se restar comprovado que não houve decisão judicial válida e eficaz decretando a falência da empresa.

14.5.2. Comprovação de Capital Social ou Patrimônio Líquido Mínimo correspondente a **10% (dez por cento)** do valor estimado da licitação para o respectivo lote.

14.5.3. Comprovação da boa situação financeira da licitante através do cumprimento dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente, resultantes da aplicação das fórmulas abaixo, nos valores indicados:

$$\begin{aligned} & \text{Ativo Circulante} + \text{Realizável a Longo Prazo} \\ \text{LG} = & \frac{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}}{\text{Ativo Total}} \text{ igual ou superior a } 1 \\ \\ & \text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante} \\ \text{SG} = & \frac{\text{Ativo Circulante}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}} \text{ igual ou superior a } 1 \\ \\ & \text{Ativo Circulante} \\ \text{LC} = & \frac{\text{Passivo Circulante}}{\text{Passivo Circulante}} \text{ igual ou superior a } 1 \end{aligned}$$

14.5.4. Para fins de comprovação de Patrimônio Líquido e dos índices contábeis, a licitante deverá apresentar Balanço Patrimonial e demonstrações contábeis dos últimos 2 (dois) exercícios sociais, exigíveis e apresentados na forma da lei (incluindo o termo de abertura e termo de encerramento), devendo cumprir a qualificação em ambos os exercícios, salvo quando a licitante tiver sido constituída há menos de 02 (dois) anos, hipótese na qual tais documentos limitar-se-ão ao último exercício financeiro.

14.5.5. Os balanços e demonstrações devem conter os registros ou autenticação no órgão competente e estar devidamente assinados pelo administrador da empresa e pelo profissional habilitado junto ao Conselho Regional de Contabilidade – CRC, e vir acompanhados dos termos de abertura e de encerramento.

14.5.6. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura, conforme art. 65, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021.

14.6. Declarações complementares

14.6.1. Declaração de cumprimento do disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal, de acordo com o modelo estabelecido no Anexo II deste Edital.

14.6.2. Declaração de cumprimento das exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas, de acordo com o modelo estabelecido no Anexo II deste Edital.

14.6.3. Declaração de que não possui em seu quadro societário ou de pessoal agente público do órgão ou entidade licitante ou contratante, nos termos do art. 9º, §1º da Lei 14.133/2021, de acordo com o modelo estabelecido no Anexo II deste Edital.

14.6.4. Declaração de que não incorre em qualquer uma das vedações impostas no art. 14 da Lei 14.133/2021 aplicáveis ao objeto da presente licitação, de acordo com o modelo estabelecido no Anexo II deste Edital.

14.6.5. Declaração de que atende às disposições da Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD), conforme determinação da Lei Estadual nº 18.671/2024, de acordo com o modelo estabelecido no Anexo II deste Edital.

14.7. Das regras gerais relativas aos documentos de habilitação

14.7.1. A documentação exigida para fins de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista e econômico-financeira, poderá ser substituída pelo registro cadastral no SICAF.

14.7.1.1. Será verificado se o licitante apresentou no sistema, sob pena de inabilitação, a declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

14.7.1.2. A habilitação será verificada por meio do Sicafe, nos documentos por ele abrangidos.

14.7.1.3. É de responsabilidade do licitante conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no

Sicaf e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

14.7.1.4. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

14.7.1.5. A verificação no Sicaf ou a exigência dos documentos nele não contidos somente será feita em relação ao licitante vencedor.

14.7.1.6. Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata o subitem anterior.

14.7.1.7. Os documentos exigidos para habilitação que não estejam contemplados no SICAF serão enviados por meio do sistema, em formato digital, no prazo de 02 (duas) horas, prorrogável por igual período, contado da solicitação do pregoeiro.

14.7.2. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir.

14.7.3. Quando da convocação da licitante para apresentação dos documentos de habilitação, a qualquer tempo, os documentos relativos à habilitação jurídica, à qualificação técnica e à qualificação econômico-financeira deverão remontar à data da sessão de abertura do certame, demonstrando-se que, à época da licitação, a licitante reunia as condições de habilitação.

14.7.3.1. Se os documentos indicados no item **14.7.3**, na data da convocação, encontrarem-se com prazo de validade expirado, ou tenham sofrido alterações, devem ser também apresentados novos documentos que comprovem a manutenção das condições de habilitação;

14.7.4. Os documentos de regularidade fiscal, social e trabalhista, previstos no item **14.3**, devem encontrar-se válidos na data da convocação.

14.7.5. Inexistindo preceito legal ou prazo de validade fixado no próprio instrumento, os documentos/certidões serão considerados válidos por um período de 90 (noventa) dias contados da sua emissão, exceto quando se tratar de Certidão Negativa de Falência, que terá validade de 180 (cento e oitenta) dias da sua expedição.

14.7.5.1. Caso haja previsão de prazo diverso em lei ou em norma infralegal municipal, de outros estados da federação ou internacional, a licitante ficará responsável por juntar a respectiva comprovação.

14.7.6. Não será aceito qualquer protocolo de entrega ou de solicitação de documentos em substituição aos documentos relacionados neste Edital.

14.7.7. A documentação exigida para fins de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista e econômico-financeira poderá ser substituída pelo Certificado de Registro de Fornecedor emitido pelo CADFOR-PE, desde que os documentos contemplados estejam dentro do prazo de validade, ou pelo certificado de registro cadastral unificado disponível no Portal Nacional de Contratações Públicas - PNCP, nos termos do regulamento próprio.

14.7.8. Para fins de habilitação, a verificação dos documentos pelo pregoeiro nos sítios oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova.

14.7.9. Caso a licitante não logre comprovar o atendimento cumulativo dos requisitos de qualificação técnica e econômico-financeira para todos os lotes/itens em que seja classificada provisoriamente em primeiro lugar, caberá a Administração especificar, considerando a maior economia obtida em valores absolutos de cada lote/item, os respectivos lotes/itens para os quais a licitante será habilitada.

14.7.9.1. Na hipótese de o certame ser homologado de forma parcial, correspondente a determinados lotes ou itens, a aplicação da regra prevista no subitem **14.7.9** restringir-se-á aos lotes ou itens abrangidos pela respectiva homologação. A escolha dos lotes ou itens para os quais a licitante será habilitada, com base na maior economia obtida em valores absolutos, deverá ocorrer exclusivamente dentre aqueles incluídos na etapa de homologação em curso.

14.7.10. Em caso de participação de licitantes estrangeiras que não funcionem no país, as exigências de habilitação serão atendidas mediante a apresentação de documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

14.7.10.1. Caso seja vencedora a licitante estrangeira que não funcione no país, será exigido, como condição para assinatura do contrato, que os documentos apresentados sejam traduzidos por tradutor juramentado e consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

14.7.10.2. A autenticação consular ou em embaixada será dispensada quando se tratar de documento público e o respectivo país for signatário da Convenção de Haia, sendo, neste caso, necessário apenas o apostilamento do documento em cartório, nos termos do disposto no Decreto Federal nº 8.660/2016.

14.7.11. Será inabilitada a licitante que apresentar declaração ou documentação falsa, que deixar de apresentar quaisquer documentos exigidos ou apresentá-los em desacordo com as exigências deste Edital, ressalvadas as restrições relativas à regularidade fiscal e trabalhista das Microempresas, Empresas de Pequeno Porte, Microempreendedores Individuais ou equiparadas, nos termos da Lei Complementar nº 123/2006, e o disposto no subitem **14.7.7**.

14.7.12. Habilitada a licitante, o pregoeiro encaminhará todos os documentos apresentados para fins de inscrição da licitante no CADFOR ou de atualização do respectivo registro cadastral, se já houver.

14.7.12.1. É obrigação da licitante conferir a exatidão dos seus dados cadastrais e manter atualizados os documentos em seu registro no CADFOR até a homologação do certame, sob pena de decair do direito à contratação.

15. DA DECLARAÇÃO DA LICITANTE VENCEDORA

15.1. Verificado o atendimento das exigências de habilitação fixadas neste Edital, a(s) licitante(s) será(ão) declarada(s) vencedora(s) em sessão pública.

15.2. Na hipótese de a licitante não atender às exigências de habilitação, o pregoeiro retornará o processo à fase de negociação para exame das ofertas subsequente assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao edital de licitação.

15.3. Após análise de todas as propostas, na hipótese de não haver licitante classificada que atenda às exigências de habilitação, o pregoeiro poderá conceder o prazo de 8 (oito) dias úteis para que as licitantes classificadas apresentem nova documentação escoimada das causas da inabilitação, observada a ordem de classificação.

16. DO SANEAMENTO DA PROPOSTA E DA HABILITAÇÃO

16.1. Durante as fases de julgamento e de habilitação, o pregoeiro, mediante decisão fundamentada, poderá realizar diligências para sanear erros ou falhas que não alterem a substância das propostas e a validade jurídica dos documentos de habilitação, devendo registrá-las em ata acessível aos licitantes.

16.2. Fica vedada a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para:

- a)** complementação de informações ou esclarecimentos adicionais acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes;
- b)** atualização de documentos cuja validade tenha expirado;
- c)** comprovação de situação fática preexistente à época da abertura do certame.

16.2.1. Para os fins do disposto na alínea “c”, é lícita a juntada de certidão ou atestado não anexados à documentação originalmente apresentada, desde que tenham data anterior à abertura do certame ou se refiram inequivocamente a condição adquirida pelo licitante antes da abertura do certame.

16.2.2. Na falta de documentos de habilitação que consistam em mera declaração da licitante sobre fato preexistente ou em simples compromisso por ela firmado, poderá ser

concedido prazo para saneamento da falha.

16.3. A realização de diligências não confere à licitante novo prazo ou oportunidade de obter condição ou requisito que antes não detinha, nem autoriza o pregoeiro a fazer exigências novas não previstas no edital.

16.4. Na hipótese de necessidade de envio de documentos complementares à proposta e à habilitação, os documentos deverão ser apresentados em formato digital, via sistema, no prazo de 01 (um) dia útil.

16.5. Sendo necessária a suspensão da sessão pública para a realização de diligências, o reinício se dará mediante aviso prévio no sistema COMPRAS.GOV, com, no mínimo, 24 (vinte e quatro) horas de antecedência, e a ocorrência será registrada em ata.

17. DOS RECURSOS ADMINISTRATIVOS

17.1. Após a declaração do(s) vencedor(es), qualquer licitante inconformada com o resultado poderá manifestar, ao final da sessão pública, a intenção de recorrer contra o julgamento das propostas ou a habilitação ou inabilitação de licitantes, através de campo próprio do sistema eletrônico, sendo-lhes então concedido o prazo de 03 (três) dias úteis para anexar no sistema eletrônico memoriais contendo as razões recursais.

17.1.1. A intenção de recorrer deverá ser registrada no sistema em **até 10 (dez) minutos** após a declaração do vencedor.

17.1.2. A falta de manifestação imediata da intenção recursal importará preclusão e a adjudicação do objeto à licitante vencedora.

17.2. Os demais interessados ficam, desde logo, intimados a apresentar contrarrazões no prazo de **03 (três) dias úteis**, que começarão a correr após o término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos autos.

17.3. As razões do recurso e das contrarrazões deverão ser anexadas em campo próprio do sistema eletrônico.

17.4. O recurso terá efeito suspensivo até a decisão final da autoridade competente e o seu acolhimento importará a invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

17.5. As razões do recurso serão dirigidas ao Pregoeiro, que, no prazo de **03 (três) dias úteis**, poderá reconsiderar sua decisão ou, nesse mesmo prazo, encaminhar o recurso à autoridade superior, devidamente motivado, para decisão final no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis.

17.6. A decisão dos recursos deverá ser divulgada no sistema compras.gov.br.

17.7. Não serão conhecidos recursos apresentados em desacordo com as regras estabelecidas neste item ou fora do prazo e horário legal ou, ainda, subscritos por representante não habilitado legalmente ou não identificado no processo para responder pelo proponente.

17.8. Decididos os recursos, a autoridade competente fará a adjudicação do objeto da licitação à licitante vencedora.

17.9. Verificada a regularidade dos procedimentos, o pregoeiro encaminhará o processo à autoridade competente para a homologação.

18. DO CONTRATO

18.1. A contratação decorrente desta licitação será formalizada mediante a assinatura de termo de contrato, conforme modelo constante do Anexo IV.

18.2. Após a homologação da licitação, a adjudicatária será convocada para assinatura do termo de contrato ou retirada da Ordem de Fornecimento no prazo de **05 (cinco) dias** úteis, contados a partir da convocação, sob pena de decair o direito à contratação.

18.2.1. O prazo para assinatura do termo de contrato ou retirada da Ordem de Fornecimento poderá ser prorrogado uma única vez, por igual período, mediante solicitação da adjudicatária e desde que ocorra motivo justo, aceito pelo contratante, e que seja formulada antes do

decurso do prazo assinalado.

18.2.2. Se o instrumento de contrato não for assinado pelo representante legal do contratado, deverá ser apresentada procuração, devidamente reconhecido em cartório, com poderes que habilite o mandatário que habilitem a assinar o instrumento.

18.3. Por ocasião da convocação para assinatura do contrato, a contratante deverá consultar a regularidade da adjudicatária no CADFOR, no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep).

18.3.1. Se houver pendência documental no CADFOR e não for possível atualiza-lo por meio por meio de consulta aos sítios eletrônicos oficiais, a adjudicatária será notificada para, no prazo de 02 (dois) dias úteis, comprovar a sua situação de regularidade mediante a apresentação das respectivas certidões vigentes, sob pena de decair do direito à contratação.

18.4. O não comparecimento injustificado da adjudicatária, a não apresentação dos documentos exigidos como requisito de contratação e a desatualização de seus documentos de habilitação no CADFOR importará na recusa à contratação, sujeita à aplicação das penalidades previstas neste Edital e à perda da garantia da proposta, quando houver, nos termos do item **19.1.2**.

18.4.1 Na hipótese do item **18.4**, a adjudicação poderá ser anulada e retomado o procedimento licitatório, a fim de que o pregoeiro retorne à fase de negociação para exame das ofertas subsequentes, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao edital de licitação e seja declarada uma nova adjudicatária.

18.5. Poderá ser acrescentada ao contrato vantagem apresentada pela licitante vencedora em sua proposta, desde que seja pertinente e compatível com os termos deste Edital, não represente quaisquer ônus para a Administração e a respectiva aceitação esteja devidamente fundamentada.

19. DAS INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

19.1. Comete infração administrativa, nos termos do art. 155 da Lei nº 14.133, de 2021, a licitante ou a adjudicatária que:

19.1.1. convocada dentro do prazo de validade da proposta, não comparecer para assinar a Ata de Registro de Preços ou o instrumento contratual ou para retirar a Ordem de Fornecimento e respectiva nota de empenho;

19.1.2. deixar de entregar documentação exigida durante a licitação ou para fins de assinatura da Ata ou do contrato, inclusive a garantia da proposta ou de execução contratual;

19.1.3. Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não mantiver a proposta, em especial quando:

19.1.3.1. não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;

19.1.3.2. recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;

19.1.3.3. desistir dos lances ofertados, a menos que haja erro material reconhecido;

19.1.3.4. desistir da proposta após encerrada a etapa competitiva ou der causa à sua desclassificação ao não oferecer, mesmo após negociação, proposta compatível com o valor máximo do orçamento estimado;

19.1.3.5. apresentar proposta em desacordo com as especificações do edital.

19.1.4. apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação;

19.1.5. fraudar a licitação;

19.1.6. praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;

19.1.7. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:

19.1.7.1. agir em conluio ou em desconformidade com a lei;

19.1.7.2. induzir deliberadamente a erro no julgamento.

19.1.8. cometer fraude de qualquer natureza;

19.1.9. praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013;

19.2. As licitantes ou adjudicatárias que incorram em infrações sujeitam-se às seguintes sanções administrativas, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:

19.2.1. Multa;

19.2.2. Impedimento de Licitar e Contratar com a Administração Direta e Indireta do Estado de Pernambuco, pelo prazo de até 03 (três) anos;

19.2.3. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 03 (três) e máximo de 06 (seis) anos.

19.3. As sanções previstas nos itens **19.2.2 e 19.2.3** poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa.

19.4. A penalidade de multa será aplicada de acordo com as seguintes regras:

19.4.1. Multa de 1% (um por cento) a 10% (dez por cento) sobre o valor estimado para o item/lote do qual participou, observado o valor mínimo de **R\$ 2.033,58 (dois mil e trinta e três reais e cinquenta e oito centavos)** e o máximo de **R\$ 20.335,83 (vinte mil, trezentos e trinta e cinco reais e oitenta e três centavos)**, a ser aplicada a quem cometer a infração prevista no item **19.1.1** deste edital;

19.4.2. Multa de 0,5% (zero vírgula cinco por cento) até 1% (um por cento) sobre o valor total do item/lote do qual participou, observado o valor mínimo de **R\$ 1.016,79 (um mil e dezesseis reais e setenta e nove centavos)** e máximo de **R\$ 2.033,58 (dois mil e trinta e três reais e cinquenta e oito centavos)**, a ser aplicada a quem cometer a infração prevista nos itens **19.1.2 e 19.1.3** deste edital;

19.4.3. Multa de 10% (dez por cento) até 30% (trinta por cento) sobre o valor estimado para o item/lote do qual participou nos casos das infrações previstas nos itens **19.1.4, 19.1.5., 19.1.6., 19.1.7, 19.1.8 e 19.1.9** deste edital.

19.5. Além da multa, aplicada conforme os itens precedentes, será aplicável a penalidade de Impedimento de Licitar e Contratar com a Administração Direta e Indireta do Estado de Pernambuco, nos seguintes casos e condições:

19.5.1. No cometimento da infração prevista no item **19.1.1**: de 6 a 12 meses;

19.5.2. No cometimento das infrações previstas nos itens **19.1.2 e 19.1.3**: até 6 meses;

19.6. Além da multa, aplicada conforme os itens precedentes, será aplicável a penalidade de declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativo, no cometimento das infrações previstas nos itens **19.1.4, 19.1.5, 19.1.6, 19.1.7, 19.1.8 e 19.1.9**: de 03 a 6 anos;

19.7. Na fixação das penalidades, dentro das faixas de multa estabelecidas neste Edital, bem como dos prazos previstos nos itens **19.5 e 19.6** deverão ser observadas:

19.7.1. A natureza e a gravidade da infração cometida;

19.7.2. As peculiaridades do caso concreto;

19.7.3. Circunstâncias gerais agravantes ou atenuantes da infração

19.7.4. Os danos para a Administração Pública resultantes da infração;

19.7.5. A vantagem auferida em virtude da infração;

19.7.6. A implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle;

19.8. Em caso de reincidência na prática de infração sancionada com a mesma penalidade objeto de condenação definitiva anterior, ocorrida no prazo igual ou inferior a 12 (dozes) meses, contados da data de publicação da decisão definitiva da condenação anterior, as faixas de multa e os prazos previstos neste Edital poderão ser majorados em até 50% (cinquenta por cento), observados os limites máximos previstos em lei.

19.9. As penalidades deverão ser registradas no sistema e-fisco, no PE-integrado, no

Compras.gov.br, no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contados da data da decisão definitiva de aplicação da sanção.

19.10. Nenhuma penalidade será aplicada sem o devido Processo Administrativo de Aplicação de Penalidade - PAAP, disciplinado em Decreto Estadual.

19.11. Havendo indícios de cometimento das condutas previstas na Lei Federal nº 12.846/2013 (Lei Anticorrupção), a documentação pertinente será encaminhada às autoridades competentes para apuração da conduta típica em questão.

20. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

20.1. A indicação do lance vencedor, a classificação dos lances apresentados e demais informações relativas à sessão pública do pregão constarão de ata, sem prejuízo das demais formas de publicidade.

20.2. As decisões referentes a este processo licitatório poderão ser comunicadas às licitantes por qualquer meio de comunicação que comprove o seu recebimento ou, ainda, mediante publicação no Sistema ou no Diário Oficial do Estado de Pernambuco.

20.3. A presente licitação poderá ser revogada, por motivo de conveniência e oportunidade, em decorrência de fato superveniente devidamente comprovado, pertinente e suficiente para justificar tal conduta, ou será anulada, por ilegalidade insanável, de ofício ou por provocação de terceiros, mediante ato escrito e devidamente fundamentado, nos termos do art. 71 da Lei nº 14.133/2021.

20.4. Constatado vício insanável na licitação, a decisão sobre a suspensão da execução ou sobre a declaração de nulidade do contrato somente será adotada na hipótese em que se revelar medida de interesse público, nos termos do art. 147 da Lei nº 14.133/2021.

20.5. Após a adjudicação do objeto, a revogação ou a anulação da licitação somente será efetivada depois de concedido à adjudicatária do prazo de 3 (três) dias úteis para exercício do direito ao contraditório e à ampla defesa.

20.5.1. Da decisão da autoridade de anular ou revogar o certame caberá recurso, no prazo de 03 (três) dias úteis para a autoridade máxima do órgão ou entidade responsável.

20.6. As licitantes não terão direito à indenização em decorrência da revogação, cabendo, em caso de anulação, o dever de indenizar o contratado pelo que houver executado até a data em que for declarada ou tornada eficaz, bem como por outros prejuízos regularmente comprovados, desde que não lhe seja imputável.

20.7. A participação das licitantes nesta licitação implica a aceitação de todos os termos deste Edital.

20.8. Em caso de divergência entre o Termo de Referência e o Edital de Licitação, prevalece o Edital.

20.9. Em caso de discordância existente entre as especificações do objeto a ser licitado descritas no compras.gov.br e as especificações constantes deste Edital, prevalecerão as últimas.

20.10. Constituem anexos deste instrumento convocatório, dele fazendo parte integrante:

- a) Anexo I - Termo de Referência (com seus respectivos anexos, inclusive Modelo de Proposta);
- b) Anexo II - Declarações complementares;
- c) Anexo III - Minuta do Contrato (com seus respectivos anexos) e da ordem de Fornecimento

20.11. Os casos omissos neste Edital serão decididos com base na Lei nº 14.133, de 2021, e demais normas que regem a matéria.

20.12. A data de abertura da sessão pública poderá ser adiada por conveniência do órgão licitante, sem prejuízo do disposto no art. 55, II, "a" e "b", da Lei nº 14.133, de 2021.

Recife, 25 de maio de 2026.



Documento assinado eletronicamente por **Patrícia de Lucena Farias**, em 02/06/2026, às 13:59, conforme horário oficial de Recife, com fundamento no art. 10º, do [Decreto nº 45.157, de 23 de outubro de 2017](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.pe.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **87618758** e o código CRC **7FA8EE47**.

SECRETARIA DA FAZENDA DO ESTADO DE PERNAMBUCO

Rua Imperador Dom Pedro II, nº 167, - Bairro Santo Antônio, Recife/PE - CEP 50010-240,
Telefone:

TERMO DE REFERÊNCIA

1. DO OBJETO

1.1. Fornecimento com instalação, de sistema de controle de acesso de veículos e motocicletas, incluindo assistência técnica com manutenção preventiva e corretiva durante o período de garantia, visando atender as necessidades da Secretaria da Fazenda de Pernambuco, conforme as condições, especificações, quantidades e exigências contidas nos Estudos Técnicos Preliminares e neste Termo de Referência.

1.2. O objeto desta contratação não se enquadra como sendo bem de luxo, conforme definição do art. 8º do Decreto nº 51.652/ 2021.

1.3. As especificações e os quantitativos do objeto desta licitação estão divididos por lotes e descritos conforme quadro constante no anexo E.

2. DAS JUSTIFICATIVAS

2.1. JUSTIFICATIVA DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

2.1.1. A Justificativa e objetivo da contratação encontram-se pormenorizadas em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares (item 2 do ETP), anexo deste Termo de Referência.

2.2. JUSTIFICATIVA DO QUANTITATIVO ESTIMADO

2.2.1. A Justificativa para o quantitativo necessário ao atendimento da necessidade pública encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares (item 7 do ETP), anexo deste Termo de Referência.

2.3. JUSTIFICATIVA DA ESCOLHA DA SOLUÇÃO

2.3.1. A Justificativa da escolha da solução a ser licitada encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares (item 6 do ETP), anexo deste Termo de Referência.

2.4. JUSTIFICATIVA PARA O PARCELAMENTO OU NÃO DA CONTRATAÇÃO

2.4.1. A Justificativa para o não parcelamento do objeto encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares (item 9 do ETP), anexo deste Termo de Referência, de modo a permitir a ampliação da competitividade, diante das particularidades do caso concreto.

2.5 DA PREVISÃO DA VEDAÇÃO DE EMPRESAS SOB A FORMA DE CONSÓRCIO

2.5.1. De acordo com o art. 15 da Lei nº 14.133/2021, a participação de empresas reunidas em consórcio poderá ser vedada, segundo discricionariedade da Administração, com base em justificativa técnica que leve em consideração as peculiaridades do caso concreto.

2.5.2. Assim, não poderá participar desta licitação consórcio de empresa, qualquer que seja sua forma de constituição, visto que não se faz necessária a conjugação de esforços para a prestação do presente fornecimento.

2.5.3. Além disso, no caso vertente, não se faz presente a premissa da complexidade do objeto, uma vez que trata-se de contratação comum para empresas atuantes neste mercado, sendo usual a participação de empresas que, em sua maioria, apresentam o mínimo exigido no tocante à qualificação técnica e econômico-financeira e demais condições suficientes à execução de contratos dessa natureza, o que não tornará restrito o âmbito de possíveis licitantes.

2.5.4. Por todo o exposto, conclui-se que a vedação da participação de empresas sob a forma de consórcio é a

medida que melhor atende o interesse público, por prestigiar os princípios da competitividade, economicidade e moralidade.

2.6. DA VEDAÇÃO DE PROFISSIONAIS ORGANIZADOS EM COOPERATIVA NA LICITAÇÃO

2.6.1. É vedada a participação de profissionais organizados em cooperativas na presente licitação, uma vez que o objeto a ser contratado envolve fornecimento, instalação e manutenção de solução tecnológica, exigindo atuação técnica especializada, padronização na execução dos serviços, responsabilidade técnica definida e suporte contínuo durante a vigência da garantia. Essas características demandam estrutura operacional e gerenciamento direto da execução contratual, aspectos que não se mostram compatíveis com a forma de organização e atuação própria das cooperativas para este tipo específico de contratação.

2.7. DA VEDAÇÃO DE PESSOAS FÍSICAS NA CONTRATAÇÃO

2.7.1. É vedada a participação de pessoas físicas na presente licitação, uma vez que o objeto contratual envolve fornecimento de equipamentos, instalação, assistência técnica e manutenção preventiva e corretiva, atividades que demandam estrutura empresarial, capacidade operacional contínua, emissão de nota fiscal, garantia formal dos bens e serviços e atendimento a requisitos de regularidade fiscal, trabalhista e previdenciária, os quais não poderiam ser plenamente atendidos por pessoa física, sob pena de comprometer a segurança, a rastreabilidade e a continuidade da execução contratual.

2.8. DA VEDAÇÃO DE AGRICULTOR FAMILIAR / PRODUTOR RURAL NA LICITAÇÃO

2.8.1. É vedada a participação de agricultor familiar E/OU produtor rural na presente licitação, visto que o objeto da contratação é incompatível com a natureza do produtor rural, o que, consequentemente, poderá prejudicar a contratação.

3. DAS ESPECIFICAÇÕES DO OBJETO

3.1. DESCRIÇÃO DO FORNECIMENTO/ DETALHAMENTO DO OBJETO

3.1.1. Além da descrição apresentada na(s) tabela(s) do quadro resumo deste Termo de Referência (Anexo E), para a aquisição do objeto deve-se observar as seguintes características:

a) ITEM 1- LEITOR DE RECONHECIMENTO FACIAL

- I - Deve realizar a detecção facial por profundidade da face, que impossibilitaria acesso por foto;
- II - Deve possuir armazenamento de no mínimo 20.000 usuários, 20.000 senhas, 20.000 imagens de face e 50 administradores;
- III - Deve possuir câmera dupla dinâmica ampla 2MP com baixa luminosidade, luz branca e IR;
- IV - Deve possuir preenchimento ajustável do brilho da luz;
- V - Deve possuir verificação da face **com garantia total de detecção**;
- VI - Deve possuir velocidade de comparação da face de até $\leq 0,2s$ por pessoa;
- VII - Deve possuir índice de proteção IP65;
- VIII - Deve possuir tensão de alimentação de 12Vdc 2A;
- IX - Deve suportar temperatura de operação de -30°C a 50°C;
- X - Deve possuir protocolos Ethernet: IPv4, RTSP, RTP, TCP, UDP, P2P;
- XI - Deve possuir suporte a SDK e API;
- XII - Deve possuir tecnologia Visible Light;
- XIII - Deve possuir display 7";
- XIV - Deve possuir câmera com 1/2.8" 2MP CMOS;
- XV - Deve possuir WDR de 120dB; XVI - Deve possuir status indicadores em LED;
- XVII - Deve possuir interface comunicadora com o usuário: sonora e visual;
- XVIII - Deve possuir autenticação via reconhecimento facial e também via senha;
- XIX - Deve possuir leitor de cartão: 1 RS-485 e 1 Wiegand;
- XX - Deve possuir porta USB;
- XXI - Deve possuir portas Ethernet: 1x10/100 Base-T e 1x100/1000 Base-T;
- XXII - Deve possuir entradas e saídas para alarme;
- XXIII - Deve possuir detecção do status da porta.

XXIV - Deve possuir protetor externo

XXV -Integração com Cancela: O dispositivo precisa ser integrado com o sistema da cancela para que a leitura facial do condutor possa acionar a abertura da cancela de acesso.

XXVI -Conectividade: Deve ter opções de conectividade, como Wi-Fi, para permitir a comunicação com o sistema de controle de acesso.

XXVII -Respeito à Privacidade: Deve estar em conformidade com regulamentações de privacidade de dados e proteção de informações pessoais dos condutores.

b) ITENS 2 e 3 - CANCELAS

I - Deve possuir tempo de abertura ajustável que varia de 1,8s a 5s;

II - Deve possuir tempo de fechamento ajustável que varia de 2s a 6s;

III - Deve possuir de 600 a 450 ciclos por hora;

IV - Deve possuir motor de 24VDC;

V - Deve possuir alimentação de 220Vac a 60Hz;

VI - Deve possuir barreira em alumínio com 2mm de espessura com comprimento de 3m até a área de fechamento;

VII - Deve possuir central eletrônica com inversor de frequência;

VIII - Deve possuir stop mecânico com regulação de altura;

IX - Deve possuir gabinete de aço carbono com tratamento anticorrosivo e pintura eletrostática que garantam resistência contra ação do tempo;

X - Deve possuir sistema de fim de curso com encoder;

XI - Deve possuir freio eletrônico;

XII - Deve permitir a instalação de vários acessórios, como: laço indutivo, sinaleira, fotocélula, botoeira;

XIII- Das 6 (seis) cancelas, 2 (duas) devem ser com a barreira dobrável e 4 (quatro) devem possuir a barreira reta.

c) ITEM 4 - TOTEM PARA LEITOR FACIAL

I - Deve possuir 1,3 metros;

II - Deverá ser de aço carbono;

III - Deve ser aço 1010/1020;

IV - Deve acompanhar base e chumbador;

d) ITEM 5 - GRADE ELETRÔNICO DE 8 FEIXES

I- Modo de detecção sendo feixe infravermelho ativo;

II- Interrupção do feixe de 50ms;

III- Temperatura de operação de -5°C a 60°C;

IV- Período de alarme de 2 segundos;

V- Distância máxima externa de 60 metros;

VI- A indicação de sintonia

VII- Precisa conter proteção contra umidade de agentes químicos;

VIII- Alimentação da fonte de 12 a 24 VDC.

e) ITEM 6 - SOFTWARE DE GERENCIAMENTO DAS PRINCIPAIS FUNÇÕES DO SERVER

I - Software de Gerenciamento

II - Acesso à interface via navegadores Chrome e Firefox;

III -Sistema Gerenciador de Banco de dados PostgreSQL ou Microsofr SQL Server ou IBM DB2 ;

IV - Mais eficiência na troca de informações;

V - Informações em tempo real e histórico de eventos;

VI - Software gratuito para até 80 dispositivos;

VII - Registro de eventos de usuários;

- VIII - Gerencia toda linha de controle de acesso que tenha conexão Ethernet;
- IX - Gerenciamento de usuários, departamentos, visitantes, credenciais de acesso, operadores e perfis de operadores, pontos de acesso e grupos de acessos;
- X - Até 16 zonas de tempo com 3 intervalos por dia;
- XI - Criação de feriados personalizados;
- XII - Intertravamento para pontos de acesso de um mesmo dispositivo (criando regras de acesso);
- XIII - Criação de regras para integração com outros sistemas via contato seco;
- XIV - Monitoramento de eventos em tempo real, capturando eventos em tempo real;
- XV - Compatível com Windows 7, 10 e 11, versão 32 e 64 bits
- XVI - Compatível com diversos navegadores para acesso web.
- XVII - Suporta armazenamento na borda e armazenamento centralizado;
- XVIII - Planos de gravação: todos os dias, dia de semana, fim de semana e customizado;
- XIX - Backup de armazenamento: diário ou semanal, possibilitando selecionar os dias da semana em que ocorrerão o backup;
- XX - Visão geral e detalhes das informações do sistema;
- XXI - Sistema, administrador, logs do cliente;
- XXII - Busca e exportação dos logs

g) **ITEM 7 - NOBREAKS**

- I- Nobreaks monofásico compatíveis com o sistema para garantir o bom funcionamento.
- II- Potência: No mínimo 2,0 KVA para as duas cancelas(entrada e saída).
- III- Voltagem de entrada: 100/240.
- IV- Voltagem de Saída: 220 volts
- V- Frequência: 60 Hz.
- VI- Baterias: baterias internas

3.1.2. O licitante deve levar em consideração as normas técnicas eventualmente existentes sobre o objeto e demais requisitos mínimos de qualidade, utilidade, resistência e segurança, conforme legislação vigente.

Normas técnicas e certificações aplicáveis:

- Atendimento às normas da **ABNT NBR 5410** (Instalações Elétricas de Baixa Tensão) para a instalação dos equipamentos;
- Conformidade com os requisitos do **INMETRO** para nobreaks e equipamentos de segurança elétrica;
- Normas da **ABNT NBR ISO/IEC 27001** como referência para segurança da informação no controle de acesso (não obrigatória, mas recomendada como boa prática);
- Observância às normas de segurança do trabalho, conforme **NR-10 (Segurança em Instalações Elétricas)** e **NR-12 (Segurança em Máquinas e Equipamentos)**, no que couber.

3.2 GARANTIA DO OBJETO

3.2.1 O prazo de garantia do objeto deverá ser de, no mínimo, 12 (doze) meses, contados a partir do primeiro dia útil subsequente à data do recebimento definitivo do objeto. A contratada deverá assegurar o mesmo prazo estipulado pelo fabricante, caso este seja superior ao prazo mínimo retrocitado.

3.2.2 A garantia poderá implicar a realização de manutenção, substituição temporária ou troca definitiva, com vistas a manter a disponibilidade do objeto para uso, em perfeito estado de funcionamento.

3.2.3 Os serviços de assistência técnica decorrentes da garantia compreendem a substituição de peças, ajustes e reparos necessários, dentre outros procedimentos, de modo a manter o objeto em perfeita condição de uso durante a sua vigência;

3.2.4 O serviço de manutenção do objeto realizado durante o período de garantia é de responsabilidade do fornecedor, que deverá disponibilizar assistência técnica autorizada para realização das intervenções necessárias;

3.2.4.1 Tanto na substituição temporária quanto na troca definitiva, o equipamento substituto deverá possuir características técnicas e desempenho igual ou superior ao equipamento original, além de estarem em perfeito estado de funcionamento;

3.2.4.2 Os prazos máximos para substituição temporária e troca definitiva serão definidos conforme abaixo, sendo aplicados caso ao término destes prazos o objeto original não esteja disponível para a CONTRATANTE:

a) **Substituição temporária:** deverá ocorrer no prazo máximo de **até 48 (quarenta e oito) horas**, contadas

a partir da comunicação formal da indisponibilidade do equipamento ou sistema;

b) **Troca definitiva:** deverá ocorrer no prazo máximo de **até 15 (quinze) dias corridos**, contados a partir da comunicação formal da necessidade de substituição definitiva do objeto.

3.3 DA EXECUÇÃO DO OBJETO

3.3.1 A entrega do(s) bem(ns) será realizada de forma imediata, em remessa única, no prazo de até 30 (trinta) dias, contados da notificação da emissão da Ordem de Fornecimento acompanhada da Nota de Empenho.

3.3.2. A data de entrega de forma imediata poderá ser alterada pela contratante mediante prévia e justificada solicitação da contratada, com antecedência mínima de 5(cinco) dias.

3.3.3. A entrega será realizada nos prédios abaixo, da Secretaria da Fazenda de Pernambuco, do(s) telefone(s) 3183-5719 / 3183-4146, no horário das 9h às 16h e em dias úteis de segunda-feira a sexta-feira ou pelo e-mail francisco.andrade@sefaz.pe.gov.br, onde os materiais serão conferidos e recebidos;

1- Prédio Sede: Rua Imperador D. Pedro II, 167, Santo Antônio, Recife;

2- Prédio SUAD: Av. Cruz Cabugá, 1419 - Santo Amaro, Recife;

3- EDF. Garagem: R. da Concórdia, 708 - São José, Recife;

4- DOE: R. Imperial, 2077 - São José, Recife.

3.3.4. Para a entrega do objeto, é imprescindível anexar DANFE a Nota Fiscal Eletrônica e a cópia da nota de empenho.

3.3.5. O objeto será recebido:

a) **Provisoriamente**, de forma sumária, mediante recibo, para efeito de posterior verificação da conformidade dos bens recebidos com as especificações exigidas;

b) **Definitivamente**, após a verificação da compatibilidade dos bens com as especificações técnicas e exigências de qualidade e quantidade fixadas neste Termo de Referência e seus anexos, com a consequente aceitação, mediante termo circunstanciado, no prazo de 10(dez) dias úteis, a contar do recebimento da nota fiscal ou do instrumento de cobrança equivalente;

3.3.6. O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.

3.3.7. Na hipótese de a verificação a que se refere o subitem anterior não ser procedida dentro do prazo fixado, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento do prazo;

3.3.8. O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade ético-profissional da contratada pela perfeita execução da contratação, nem a responsabilidade pelos prejuízos resultantes da sua incorreta execução;

3.3.9. A contratada deve comunicar à contratante, no prazo máximo de 2 (dois) dia(s) útil(eis) que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

3.3.10. O objeto poderá ser rejeitado, no todo ou em parte, quando estiver em desacordo com os termos e condições desta contratação. A contratada deve substituir, reparar ou complementar, às suas expensas, no todo ou em parte, conforme o caso, no prazo de até 5 (cinco) dia(s) útil(eis), contados da notificação feita pelo fiscal, os bens que apresentarem vícios, defeitos ou qualquer irregularidade.

4. DO VALOR ESTIMADO DA CONTRATAÇÃO, CLASSIFICAÇÃO ORÇAMENTÁRIA DA DESPESA E DO BENEFÍCIO PREVISTO NA LEI COMPLEMENTAR Nº 123/2006

4.1. VALOR ESTIMADO DA CONTRATAÇÃO

4.1.1 O valor estimado global da contratação é de **R\$ 203.358,35 (duzentos e três mil trezentos e cinquenta e oito reais e trinta e cinco centavos)** distribuído em lote único.

a) Lote Único (ampla concorrência) - Valor estimado total - **R\$ 203.358,35 (duzentos e três mil trezentos e cinquenta e oito reais e trinta e cinco centavos)**

4.1.2 No preço total do objeto deverão estar inclusos todos os tributos (impostos, taxas e contribuições), sejam

federais, estaduais e municipais, bem como frete, comissões, pessoal, embalagem, seguros, encargos sociais e trabalhistas, assim como demais insumos inerentes que incidam ou venham a incidir sobre o objeto, sejam de que naturezas forem.

4.1.3 . Os preços finais unitários e totais propostos pelos licitantes não poderão ultrapassar o preço unitário e total estimado pela Administração, sob pena de desclassificação da proposta.

4.2. CLASSIFICAÇÃO ORÇAMENTÁRIA DA DESPESA

4.2.1 . As despesas decorrentes desta contratação serão incluídas no orçamento do Estado de Pernambuco, para o presente exercício, na classificação abaixo:

Unidade Orçamentária (UO): **00109**

UG:**150110**

Programa de Trabalho: **04.129.0587.3441.A567**

Natureza da despesa:**4.4.90**

Fonte de Recurso: **0754004757**

Despesa Gerencial: **OPERAÇÕES DE CRÉDITO - Operações de Crédito**

Tipo de Despesa: () CUSTEIO () EXECUTIVA (**X**) INVESTIMENTO

Ação: **3441**

Sub-ação: **A567**

4.3 . JUSTIFICATIVA PARA APLICAÇÃO OU NÃO DO BENEFÍCIO PREVISTO NA LEI COMPLEMENTAR Nº 123/2006

4.3.1. No caso de aquisições de bens, em regra, devem ser objeto de licitações exclusivas para Microempresas (ME), Empresas de Pequeno Porte (EPP) e Microempreendedor Individual (MEI), quando os itens de contratação possuírem valor estimado de até 80 mil reais ou devem ser reservadas cotas de até 25% do quantitativo para essas empresas caso os valores estimados dos itens/ forem superiores a R\$ 80.000,00 (oitenta mil) reais e a natureza dos bens a serem adquiridos seja divisível, nos termos do art. 48, I e III, da LC nº 123/2006.

4.3.2. Considerando que não há lotes de valor igual ou inferior a R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais), a presente licitação não possui lotes exclusivos à participação de microempresa, empresa de pequeno porte ou Microempreendedor Individual.

5. DA LICITAÇÃO

5.1. MODALIDADE DE LICITAÇÃO, CRITÉRIO DE JULGAMENTO, FORMA DE FORNECIMENTO E MODOS DE DISPUTA

5.1.1. O objeto será executado por meio da forma de FORNECIMENTO INTEGRAL com entrega IMEDIATA.

5.1.2. A licitação será processada na modalidade PREGÃO ELETRÔNICO, tendo como critério de julgamento o MENOR PREÇO GLOBAL POR LOTE.

5.1.3. O modo de disputa a ser utilizado no certame é o aberto.

5.1.4. A combinação dos parâmetros modalidade de licitação, critério de julgamento e modo de disputa descritos neste Termo de Referência se mostram adequadas e eficientes para seleção da proposta apta a gerar o resultado de contratação mais vantajoso para a Administração Pública, uma vez que o objeto possui características comuns e padrões de desempenho e qualidade objetivamente definidos no instrumento convocatório, possibilitando sua contratação por meio de pregão. Ademais, a adoção do critério de julgamento pelo menor preço, associada ao modo de disputa aberto, amplia a competitividade entre os licitantes, incentiva a apresentação sucessiva de lances mais vantajosos e favorece a obtenção da proposta economicamente mais vantajosa para a Administração, observados os requisitos técnicos, de qualidade, desempenho e garantia estabelecidos para a plena execução do objeto, em conformidade com os princípios da economicidade, eficiência, competitividade e interesse público.

5.2 DA PROPOSTA

5.2.1. PRAZO DE VALIDADE DA PROPOSTA

5.2.1.1 As propostas deverão ter validade de, no mínimo, 120 (cento e vinte) dias, contados da data da publicação do aviso de contratação direta do presente procedimento, independente de declaração do proponente.

5.2.2 CONDIÇÕES DA PROPOSTA

5.2.2.1 Para os itens 1,2,3 e 7 do lote a proposta enviada deverá ser acompanhada dos seguintes documentos: manuais(quando houver) ou especificação técnica detalhada do equipamento, além de indicação de fabricante/modelo ou indicação de site para comprovação.

5.2.3 DA PROVA DE CONCEITO

5.2.3.1 Justifica-se a exigência de prova de conceito em razão da natureza do objeto deste Termo exigir que se comprove, para além da teoria, a eficiência prática da solução alvo da contratação, sendo o prazo definido para sua apresentação, indicado no subitem abaixo, razoável para providências e entrega pelo licitante.

5.2.3.2 Havendo o aceite da proposta quanto ao valor e à regularidade da documentação de habilitação, o licitante classificado provisoriamente em primeiro lugar deverá passar por uma avaliação prática (prova de conceito), no prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados a partir do primeiro dia útil subsequente à convocação realizada pelo pregoeiro, sem hipótese de prorrogação, sob pena de desclassificação.

5.2.3.3 A prova de conceito deverá ser apresentada no endereço **Av. Cruz Cabugá, 1419 - Santo Amaro, Recife, ou na R. Imperial, 2077 - São José, Recife**, no horário das 9h às 16h, mediante agendamento através do número **3183-5719** e e-mail **francisco.andrade@sefaz.pe.gov.br**. A prova de conceito terá duração de 02 (dois) dias úteis (se for o caso). O licitante será desclassificado automaticamente do certame se descumprir os prazos e horários, desde que o descumprimento tenha sido ocasionado por situação de sua responsabilidade.

5.2.3.4 Caso os prazos definidos acima não sejam cumpridos pelo LICITANTE, será feita a convocação do licitante classificado em segundo lugar e assim sucessivamente.

5.2.3.5 A Prova de Conceito consistirá em:

Precisão de Leitura Facial: Verificar a precisão da leitura facial em identificar corretamente os usuários cadastrados.

Velocidade de Leitura: Testar a velocidade do leitor facial para garantir que a leitura seja rápida e eficiente.

Compatibilidade e Integração: Verificar a compatibilidade do leitor facial com a cancela existente para garantir uma integração perfeita entre os dois sistemas.

Testes de Integração: Realizar testes extensivos de integração entre o leitor facial e a cancela para garantir que o sistema funcione de maneira consistente e confiável.

Controle de Acesso Imediato: O leitor facial deve acionar a cancela de forma rápida e eficiente assim que a identificação do condutor for verificada.

Integração com Software de Cadastro: Verificação da integração entre o leitor facial e o software de cadastro de usuários, assegurando que os dados sejam sincronizados corretamente.

Simulação de Condições Climáticas: Testar o desempenho do leitor facial em condições climáticas adversas, como chuva ou sol intenso, se for o caso.

Segurança e Proteção de Dados: Verificar a segurança do sistema, com foco na proteção dos dados faciais dos usuários e na prevenção de acesso não autorizado.

Facilidade de Uso: Avaliar a facilidade de uso do software de cadastro de usuários e a interface do leitor facial para operadores e administradores do sistema.

Registros e Relatórios: Testar a capacidade do sistema de gerar registros precisos e relatórios detalhados sobre o acesso de veículos.

5.2.3.6. Para fins de comprovação de atendimento, o licitante deve demonstrar, pelo menos, 100% (cem por cento) dos itens constantes no subitem anterior.

5.2.3.7 A prova de conceito será acompanhada, examinada e avaliada pela Comissão de Avaliação, sendo de sua exclusiva responsabilidade a análise e APROVAÇÃO ou REPROVAÇÃO.

5.2.3.8. A apresentação da prova de conceito ocorrerá em sessão pública, para a qual todos os demais licitantes poderão comparecer.

5.2.3.9. Os licitantes que forem assistir à prova de conceito não poderão interrompê-la de nenhum modo, sendo-lhes permitido fazer constar pronunciamento em ata.

5.2.3.10 A Comissão de Avaliação realizará a avaliação da prova de conceito, em prazo não superior a 05 (cinco) dias úteis, após o término da sua apresentação, emitindo relatório técnico contendo a conclusão final de APROVAÇÃO ou REPROVAÇÃO da prova de conceito.

- 5.2.3.11 No caso da APROVAÇÃO ou REPROVAÇÃO, o relatório técnico deverá apresentar as justificativas que fundamentaram a decisão, identificando, em caso de reprovação, as exigências não atendidas.
- 5.2.3.12 Depois de vencido o prazo de apresentação da prova de conceito, nos termos estabelecidos neste Termo de Referência e seus Anexos, não será permitida nova apresentação por parte do licitante.
- 5.2.3.13 No caso de eliminação do licitante, será chamado o segundo colocado e, assim sucessivamente, até que seja encontrado licitante aprovada ou não haja mais licitantes a serem avaliados.
- 5.2.3.14. Os custos pela realização da prova de conceito serão de responsabilidade exclusiva do licitante.
- 5.2.3.15 A APROVAÇÃO ou REPROVAÇÃO da prova de conceito é de responsabilidade exclusiva da Comissão de Avaliação.

6. REQUISITOS ESPECÍFICOS DE HABILITAÇÃO

6.1 Qualificação Técnica

- 6.1.2. Comprovação de experiência prévia no fornecimento de bens similares ou compatíveis, com características, quantitativos, complexidade tecnológica e operacional equivalentes ou superiores ao objeto desta licitação, ou com o item pertinente, mediante atestado(s) fornecido(s) por pessoa(s) de direito público ou privado ou regularmente emitido(s) pelo conselho profissional competente, quando for o caso.
- 6.1.3. Será considerado compatível em características o fornecimento de solução integrada de controle de acesso de veículos e motocicletas, composta pelos equipamentos, softwares, acessórios e serviços necessários ao pleno funcionamento do sistema, incluindo instalação, configuração e testes, conforme as especificações técnicas mínimas estabelecidas neste Termo de Referência.
- 6.1.4. Será considerado igual com a quantidade o(s) atestado(s) que apresentar (em), no mínimo, 40% (quarenta por cento) das quantidades estimadas na licitação para o lote único.

6.1.4.1 Para fins de aferição do percentual mínimo de 40% (quarenta por cento) relativo à qualificação técnica, em sendo obtido resultado cujo número possua casas decimais, deverá ser realizado arredondamento para o primeiro menor número inteiro.

6.1.4.2. Justifica-se o percentual fixado (40%) para fins de qualificação técnica, no que se refere à comprovação das quantidades a serem indicadas em atestados/certidões, por representar um parâmetro equilibrado entre a necessidade de demonstrar experiência prática suficiente para execução do objeto e a preservação da competitividade do certame. O percentual adotado assegura que o licitante já tenha realizado serviços similares em escala relevante, reduzindo o risco de inadimplemento, sem, contudo, impor exigência excessiva que possa restringir a participação de potenciais interessados.

- 6.1.5. Será admitido, para fins de comprovação do quantitativo mínimo, o somatório das quantidades descritas em um ou mais atestados apresentados.
- 6.1.6. Serão aceitos atestados ou outros documentos hábeis emitidos por entidades estrangeiras quando acompanhados de tradução para o português, salvo se comprovada a inidoneidade da entidade emissora.
- 6.1.7. Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do fornecedor.
- 6.1.8. Não serão aceitos atestados emitidos pela licitante, em seu próprio nome, nem qualquer outro em desacordo com as exigências do Termo de Referência.
- 6.1.9. A licitante disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foi executado o objeto contratado, dentre outros documentos.

6.2 REQUISITOS DE QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA

- 6.2.1. Certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do licitante, caso se trate de sociedade simples;
- 6.2.2. Certidão Negativa de Falência, expedida pelo distribuidor ou distribuidores (caso exista mais de um) da sede ou domicílio da proponente;
- 6.2.2.1. Certidão Negativa de Falência referente aos processos distribuídos pelo PJE (**processos judiciais eletrônicos**) da sede ou domicílio do licitante;
- 6.2.2.2. A certidão descrita no item acima somente é exigível quando a certidão negativa de Falência da sede ou do domicílio do licitante contiver a **ressalva expressa** de que não abrange os **processos judiciais eletrônicos**.
- 6.2.2.3. No caso de Certidão Positiva de Falência, a licitante será inabilitada, salvo se restar comprovado que não houve decisão judicial válida e eficaz decretando a falência da empresa.

6.2.2.4. Comprovação de Capital Social ou Patrimônio Líquido Mínimo correspondente a 10% (dez) por cento do valor estimado da licitação para o respectivo lote.

6.2.3. Comprovação da boa situação financeira da proponente através do cumprimento dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente, resultantes da aplicação das fórmulas abaixo, nos valores indicados:

$$LG = \frac{\text{Ativo Circulante} + \text{Realizável a Longo Prazo}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}} = \text{igual ou superior a } 1$$

$$SG = \frac{\text{Ativo Total}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}} = \text{igual ou superior a } 1$$

$$LC = \frac{\text{Ativo Circulante}}{\text{Passivo Circulante}} = \text{igual ou superior a } 1$$

6.2.4 A adoção dos índices acima se mostra como suficientes ao cumprimento das obrigações decorrentes da presente contratação, uma vez que tais indicadores avaliam a capacidade da empresa em honrar seus compromissos de curto e longo prazo, bem como a sua estrutura patrimonial, permitindo aferir a saúde financeira do licitante e mitigando riscos de inadimplemento contratual. Ademais, os valores de $LG \geq 1$, $SG \geq 1$ e $LC \geq 1$ foram os adotados para esta contratação, pois representam o patamar mínimo aceitável para garantir que o fornecedor possua liquidez e solvência adequadas, assegurando equilíbrio econômico-financeiro e maior confiabilidade na execução do objeto.

7.DO CONTRATO

7.1 PRAZO DE VIGÊNCIA CONTRATUAL E PRORROGAÇÃO

7.1.1 O prazo de vigência do contrato será de 12(doze) meses, contados a partir da data de sua assinatura, na forma do art. 105 da Lei nº 14.133, de 2021, sem prejuízo do prazo de garantia do produto descrito no item 3.2 deste Termo de Referência.

7.2. PRAZO PARA ASSINATURA DO CONTRATO OU RETIRADA DO INSTRUMENTO EQUIVALENTE

7.2.1 Após a homologação da licitação, a adjudicatária será convocada para assinatura do termo de contrato no prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados a partir da convocação, sob pena de decair o direito à contratação.

7.2.2. O prazo de convocação poderá ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período, mediante solicitação da parte durante seu transcurso, devidamente justificada, e desde que o motivo apresentado seja aceito pela Administração.

7.3 REQUISITOS DE SUSTENTABILIDADE

7.3.1 Além dos critérios de sustentabilidade inseridos na descrição do objeto, devem ser atendidos, no momento da assinatura do contrato, os seguintes requisitos adicionais previstos no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis da Advocacia-Geral da União (2024) e na legislação correlata:

a) **Compromisso com a destinação ambientalmente adequada dos resíduos** gerados na instalação e manutenção dos equipamentos, observando-se as diretrizes da Política Nacional de Resíduos Sólidos – Lei nº 12.305/2010;

b) **Observância da logística reversa** para produtos, embalagens e componentes que possuam previsão legal ou regulamentar, nos termos do art. 33 da Lei nº 12.305/2010 e suas regulamentações;

c) **Prioridade para bens e equipamentos energeticamente eficientes**, quando aplicável, com certificação de eficiência energética, de acordo com o Programa Brasileiro de Etiquetagem – PBE/INMETRO, visando à redução do consumo de energia elétrica;

d) **Cumprimento da legislação trabalhista e previdenciária**, com vedação ao trabalho infantil e ao trabalho em condições análogas às de escravo, conforme previsto no art. 7º, XXXIII, da Constituição Federal e art. 40, inciso V, da Lei nº 14.133/2021;

e) **Compromisso com a saúde e segurança do trabalho**, garantindo o uso de Equipamentos de Proteção

Individual (EPIs) e o atendimento às Normas Regulamentadoras do Ministério do Trabalho, especialmente NR-10 e NR-12, quando aplicável."

7.4. OBRIGAÇÕES E RESPONSABILIDADES DA CONTRATANTE

7.4.1 As obrigações **da Contratante** serão detalhadas na minuta do contrato anexa ao presente processo.

7.5. OBRIGAÇÕES E RESPONSABILIDADES DA CONTRATADA

7.5.1 As obrigações da **Contratada** serão detalhadas na minuta do contrato anexa ao presente processo.

7.6 PREVISÃO E CONDIÇÕES DE PRESTAÇÃO DA GARANTIA CONTRATUAL

7.6.1. A CONTRATADA prestará garantia de execução contratual, no percentual de 5% (cinco por cento) do valor total do CONTRATO, nos termos dos artigos 96 a 98 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.6.2 As demais disposições sobre o tema serão detalhadas na minuta do contrato, anexa ao presente certame.

7.7. DA VEDAÇÃO DA SUBCONTRATAÇÃO

7.7.1 Não será permitida a subcontratação de qualquer parcela do objeto da presente licitação, uma vez que em pesquisa ao mercado, foi constatado que o fornecimento pretendido no certame pode ser prestado na sua integralidade por qualquer empresa do ramo, sem que se demande especialização, concentração de mercado ou racionalização de atividades que inviabilizem tal execução. Ademais, neste caso, a subcontratação não se mostra vantajosa técnica e economicamente para a Administração Pública.

7.8. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

7.8.1. As obrigações dos agentes responsáveis pela gestão e fiscalização da presente contratação estão detalhadas no Decreto Estadual nº 51.651/2021, bem como, serão dispostas na minuta do contrato, anexa ao presente processo.

7.8.2. A comunicação entre a Contratante e a Contratada se dará por meio do telefone 3183-4137, bem como o e-mail francisco.andrade@sefaz.pe.gov.br, sem prejuízo de outros meios disponíveis.

7.8.3. A contratada deverá apresentar a Nota Fiscal ou fatura para atesto da Administração no seguinte endereço: Av. Cruz Cabugá, 1419 - Santo Amaro, Recife - PE, 50040-000 - 1º andar, Sala 109 - Recife - PE.

7.8.4. A Gestão do contrato ficará a cargo da Gerência de Terceirizações, Documentos e Imóveis - GTDIM.

7.8.5. A Fiscalização do contrato ficará a cargo da Unidade de Terceirizações e Documentos - UNTD.

8. DOS CRITÉRIOS E PRAZOS PARA PAGAMENTO

8.1 Além das disposições sobre o tema, detalhadas em cláusulas da minuta do contrato de fornecimento de bens comuns ou especiais, anexa ao presente processo, também incluem-se as seguintes disposições:

8.1.1 Nenhum pagamento será efetuado à Contratada, cuja situação junto ao Cadastro de Fornecedores do Estado de Pernambuco esteja irregular e enquanto pendente de liquidação ou qualquer obrigação financeira que lhe for imposta, em virtude de penalidade.

8.1.2 A Contratada é responsável pelos pagamentos de quaisquer tributos, sejam eles sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais ou de qualquer outra natureza resultantes da execução do contrato.

8.1.3 A SEFAZ solicitará à CONTRATADA, na hipótese de glosas e/ou incorreções de valores, a correspondente retificação objetivando a emissão da nota fiscal/fatura.

9. DAS SANÇÕES GERAIS E ESPECÍFICAS

9.1. SANÇÕES A SEREM APLICADAS NA FASE DE LICITAÇÃO

9.1.1 As disposições sobre sanções administrativas aplicáveis durante a licitação e aquelas praticadas no período situado entre a adjudicação e a assinatura do instrumento contratual serão previstas no Edital do presente certame.

ANEXOS DO TERMO DE REFERÊNCIA:

- Anexo A – Modelo de ordem de fornecimento
- Anexo B – Modelo de proposta
- Anexo C- ETP
- Anexo D-Termo de Ciência do Gestor e Fiscal do Contrato
- Anexo E- Quadro Resumo

Recife, 13 de março de 2026.

Dimitri Albuquerque de Barros
Analista de Apoio Administrativo às Atividades Fazendárias

Observação:Este termo de referência foi elaborado de acordo com os instrumentos padronizados da PGE: Edital de Fornecimento (Atualizado em 03/06/2025), Minuta do Contrato de Fornecimento (Atualizada em 21/05/2025)

DATA DE VERSÃO DO TR SAD	27/06/2025
-----------------------------	------------

ANEXO A

MODELO DE ORDEM DE FORNECIMENTO

Referente à **NOTA DE EMPENHO** nº _____

OBJETO:

Item	Material	CÓDIGO DO E- FISCO	Quantidade (Unidade de Fornecimento)
01			
02			
03			
(...)			

VALOR:

PRAZO DE ENTREGA:

LOCAL E HORÁRIO DE ENTREGA:

SERVIDOR DESIGNADO PARA RECEBIMENTO:

Os bens deverão ser entregues em conformidade com as especificações técnicas e demais condições exigidas no Termo de Referência.

OBSERVAÇÃO PGE: No caso de fornecimento com entrega imediata em que o instrumento de contrato é dispensado, as infrações e sanções devem ser reproduzidas no Termo de Referência, no que couber.

Local, data.
Assinatura do servidor responsável

ANEXO B
MODELO DE PROPOSTA
(Em papel timbrado do proponente)

À

Secretaria _____

PROCESSO Nº _____

Prezados Senhores,

Apresentamos e submetemos à apreciação de V. Sas., nossa Proposta de Preços, para o objeto da presente contratação direta, de acordo com as exigências estabelecidas no termo de referência e seus anexos e de acordo com a planilha abaixo detalhada:

LOTE ÚNICO						
Itens	Código E-Fisco	Descrição	Und	Valor unitário máximo	Qtde	Valor Total
1				R\$		R\$
2				R\$		R\$
3				R\$		R\$
4				R\$		R\$
VALOR TOTAL DO LOTE:						

A validade da proposta será de, no mínimo, ____ (_____) dias, contados a partir da data da sua apresentação.

Observação: A licitante beneficiária da isenção de ICMS de que trata o art. 9º da Lei nº 15.730/2016 c/c o art. 63 do Anexo 7 do Decreto Estadual nº 44.650/17 (Convênio ICMS 73/04) deverá apresentar sua proposta desonerada do tributo, discriminando, expressa e obrigatoriamente, o percentual de dedução da isenção fiscal.

Local, _____ de _____ de 202__.

Nome
Assinatura

ANEXO C

ETP

ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR (ETP)

PROCESSO SEI Nº 1500000025.000825/2026-98

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO

2. DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

3. ALINHAMENTO ENTRE A CONTRATAÇÃO E O PLANEJAMENTO DO ÓRGÃO E IDENTIFICAÇÃO DA PREVISÃO NO PLANO ANUAL DE COMPRAS

4. DEFINIÇÃO E ESPECIFICAÇÃO DAS NECESSIDADES E REQUISITOS

5. IDENTIFICAÇÃO DAS SOLUÇÕES

6. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO FINAL

7. ESTIMATIVA DAS QUANTIDADES A SEREM CONTRATADAS

8. ESTIMATIVA DOS VALORES UNITÁRIOS E GLOBAIS

9. JUSTIFICATIVA PARA O PARCELAMENTO OU NÃO DA CONTRATAÇÃO

10. CONTRATAÇÕES CORRELATAS E/OU INTERDEPENDENTES

11. RESULTADOS PRETENDIDOS

12. RECURSOS NECESSÁRIOS

13. POSSÍVEIS IMPACTOS AMBIENTAIS

14. CONCLUSÃO DO ESTUDO DECLARAÇÃO DE VIABILIDADE

15. FORMALIZAÇÃO DO ETP

1. INTRODUÇÃO

Este documento tem por objetivo identificar e analisar os cenários para o atendimento da demanda que consta no Documento de Oficialização da Demanda (DOD) **Sistema de controle de acesso de veículos e motocicletas**, bem como demonstrar a viabilidade técnica e econômica das soluções identificadas, fornecendo as informações necessárias para subsidiar o respectivo processo de aquisição. Com base na necessidade apontada no DOD, foram levantadas as possíveis soluções existentes no mercado que poderiam atender a demanda da forma mais eficiente do ponto de vista técnico e econômico.

2. DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

O controle de acesso de veículos nas dependências da Secretaria da Fazenda é realizado de forma manual, o que invariavelmente torna o sistema suscetível a falhas, seja na esfera do controle das vagas, como no registro de quem fez o uso das vagas, bem como na segurança do patrimônio do Estado, dos servidores e dos contribuintes que fazem uso dos estacionamentos.

Observando-se a mudança de paradigma na segurança institucional do órgão com a implantação do controle de acesso por meio de leitores faciais, os quais permitem o controle automatizado e fidedigno de que somente pessoas autorizadas e cadastradas entrem nos edifícios, gerando assim, segurança para os servidores e contribuintes.

Dessa forma, diante da necessidade da melhoria e automação no controle de acesso de veículos nos estacionamentos da Secretaria em tela, bem como em face da solução implantada no controle de acesso por meio de leitura facial dos contribuintes e servidores, faz-se necessária a contratação da aquisição, com instalação, de sistema de controle de acesso de veículos e motocicletas, incluindo assistência técnica com manutenção preventiva e corretiva durante o período de garantia, visando atender as necessidades da Secretaria da Fazenda de Pernambuco.

3. ALINHAMENTO ENTRE A CONTRATAÇÃO E O PLANEJAMENTO DO ÓRGÃO E IDENTIFICAÇÃO DA PREVISÃO NO PLANO ANUAL DE COMPRAS

A contratação em tela apresenta conformidade com o Planejamento Estratégico (2024-2027), pois apresente relação com os itens listados abaixo.

O Objetivo Habilitador 3.5 - *Fortalecer a gestão de riscos, com ênfase na implantação de controles*, do Planejamento Estratégico, é contemplado por esta contratação, visto que com a automação do controle de entrada e saída dos estacionamento permitirá que uma série de potenciais riscos sejam eliminados, como o uso indevido do recurso público por terceiros não vinculados a SEFAZ, entre outros riscos.

Destacamos ainda que o Objetivo Finalístico 1.4 - *Ampliar a capacidade de atendimento, com ênfase na inclusão, simplificação e virtualização dos serviços*, bem como o Objetivo Finalístico 2.2 - *Aperfeiçoar a gestão de ativos e otimizar o uso das fontes de recursos do Estado*, também são contemplados. O primeiro pela simplificação e virtualização do sistema de controle, através da sua automação. O segundo pela otimização do uso dos ativos e uso das fontes de recurso do Estado.

4. DEFINIÇÃO E ESPECIFICAÇÃO DAS NECESSIDADES E REQUISITOS

A solução a ser adquirida deverá contemplar:

- **Leitores biométricos** com compatibilidade Windows 7, 10 e 11 (32 e 64 bits), com scanner facial, display e garantia mínima de 12 meses.
- **Cancelas automáticas** (barreira articulada e reta), em gabinete de aço carbono com ajuste telescópico, motor de 24VDC, inversor de frequência, stop mecânico regulável, sistema de fim de curso com encoder, freio eletrônico, tratamento anticorrosivo e pintura eletrostática, para controle de entrada e saída de veículos.
- **Estrutura de solução integrada em totens**, com portas USB, Wi-Fi e porta Ethernet RJ45.
- **Sensores de barreira infravermelho** com alimentação de 12V a 24V, alcance de até 60 metros, ângulo de 45° horizontal e vertical, material em alumínio, resistentes a variações de temperatura.
- **Licença de uso de software de controle de acesso**, compatível com sistemas Windows 7 Professional, Windows 10 Pro e Windows 11 Pro.
- **No-breaks (UPS)** com potência mínima de 2 kVA/1600W, dupla conversão, forma de onda senoidal, autonomia de até 10 minutos a plena carga, banco de baterias chumbo-ácido 72V, console com painel multifuncional, LEDs de sinalização e alarme sonoro, com no mínimo 4 saídas e garantia de 12 meses.

5. IDENTIFICAÇÃO DAS SOLUÇÕES

5.1 IDENTIFICAR AS SOLUÇÕES DISPONÍVEIS

Este item objetiva ter uma descrição detalhada da solução para posterior análise frente às necessidades de negócio e técnicas. Na primeira coluna da tabela a seguir, consta o identificador (ID), e, na segunda, consta os nomes das soluções mapeadas utilizadas neste documento e nos artefatos derivados.

Tabela 1: Lista de Soluções Disponíveis.

ID da Solução	Nome da Solução	Descrição da Solução	Solução Viável
1	Solução A Adotada (Proposta atual)	Cancelas com inversor e encoder, leitores biométricos com reconhecimento facial, totens com Wi-Fi/Ethernet, sensores robustos de 60m, no-break dupla conversão 2kVA, software avançado e garantia de 12 meses com manutenção preventiva e corretiva.	SIM
2	Solução B Alternativa de mercado	Cancelas eletromecânicas sem inversor/encoder, leitores apenas digitais, totens sem Wi-Fi, sensores de 30m, no-break híbrido 1,5kVA, software básico, garantia de 6 meses sem manutenção inclusa.	NÃO

6. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO FINAL

A solução selecionada contempla a **aquisição e instalação de sistema integrado de controle de acesso de veículos e motocicletas**, com fornecimento de todos os equipamentos, insumos e softwares necessários ao seu pleno funcionamento, bem como a garantia de suporte técnico, manutenção preventiva e corretiva durante o período contratual.

Componentes da Solução

- Leitores biométricos com scanner facial, display e compatibilidade com sistemas operacionais atualizados (Windows 7, 10 e 11), assegurando eficiência na identificação e segurança contra fraudes.
- Cancelas automáticas (articuladas e retas), fabricadas em aço carbono com tratamento anticorrosivo e pintura eletrostática, motor de 24VDC com inversor de frequência, encoder de precisão e freio eletrônico, garantindo maior durabilidade e funcionamento silencioso.
- Totens integrados com portas USB, Wi-Fi e Ethernet RJ45, permitindo flexibilidade de instalação, conectividade e facilidade de manutenção.
- Sensores de barreira infravermelho de alta precisão, com alcance de até 60 metros e ângulo de detecção de 45°, resistentes a variações de temperatura e intempéries, assegurando o controle de entrada e saída mesmo em ambientes externos.
- Licença de software de controle de acesso, compatível com os principais sistemas operacionais em uso na SEFAZ-PE, permitindo gestão centralizada, emissão de relatórios e integração futura com outros sistemas corporativos.
- No-breaks (UPS) de 2 kVA/1600W, dupla conversão, forma de onda senoidal, autonomia de até 10 minutos a plena carga, garantindo a continuidade do serviço em caso de falhas de energia elétrica.

Exigências Relacionadas aos Insumos

- Os equipamentos são fornecidos com materiais de alta resistência e durabilidade, reduzindo custos de substituição.
- O uso de insumos padronizados (sensores, cabos, baterias e componentes elétricos) facilita a reposição e reduz a dependência de fornecedores exclusivos.
- Todos os itens possuem certificação de qualidade e estão adequados às normas técnicas de segurança e desempenho.

Garantia

- A solução oferece garantia mínima de 12 meses, cobrindo defeitos de fabricação e falhas operacionais.
- Durante o período de garantia, estão incluídos atendimentos corretivos e substituição de peças sem ônus adicional para a Administração.

Manutenção

- Está prevista a manutenção preventiva periódica, assegurando a longevidade dos equipamentos e a redução de falhas inesperadas.
- A manutenção corretiva também está contemplada, com prazos máximos de resposta definidos em contrato, garantindo a rápida normalização do sistema em caso de falhas.

Assistência Técnica

- A contratada deve disponibilizar equipe técnica especializada, apta a prestar suporte remoto e presencial.
- O contrato prevê atendimento durante o horário de funcionamento da SEFAZ-PE, além da disponibilização de canais digitais para abertura e acompanhamento de chamados.

Justificativas Técnica e Econômica da Escolha

- **Técnica:** A solução escolhida apresenta maior robustez tecnológica em relação às alternativas avaliadas, especialmente no que se refere à confiabilidade dos equipamentos (cancelas com motor de 24VDC e encoder de precisão), à integração de hardware e software, e à disponibilidade de recursos de segurança (leitores biométricos com scanner facial). Além disso, a garantia de assistência técnica especializada assegura a continuidade dos serviços, fator essencial para o controle de fluxo de veículos e motocicletas em áreas estratégicas da SEFAZ-PE.
- **Econômica:** Apesar de haver soluções alternativas no mercado, estas não se mostraram mais vantajosas, seja pelo custo total superior, seja pela menor qualidade técnica oferecida. A solução de **R\$ 145.000,00** combina equilíbrio entre preço e desempenho, apresentando-se como a alternativa de melhor relação **custo-benefício**, reduzindo riscos de falhas e evitando gastos futuros com manutenções emergenciais e reposições frequentes de insumos.

7. ESTIMATIVA DAS QUANTIDADES A SEREM CONTRATADAS

Os quantitativos previstos foram obtidos através da análise dos projetos de layouts (33358325; 33358510; 33358593; 33358682) realizados pela Diretoria de Infraestrutura e Engenharia - DIENG, desta Secretaria, presentes no processo SEI nº 1500000025.003121/2022-43, bem como por meio de reuniões interdepartamentais realizadas entre áreas da Diretoria de Logística e da Superintendência de Tecnologia da Informação.

Para atendimento da demanda foi estimado que serão necessários os itens listados abaixo com quantitativos conforme descrito:

Tabela 2: Estimativa das quantidades.

LOTE ÚNICO							
Item	E-fisco	Catser/Catmat	Descrição	Unidade	Quantidade (A)	Preço Unitário (B)	Valor Total (C) = (A) x (B)
1	585782-1	609081	LEITOR BIOMETRICO - INTERFACE USB,COMPATIVEL COM WINDOWS 7, 10 E 11, VERSAO 32 E 64 BITS,TEMPERATURA / UMIDADE DE - 30C A 50C, SCANNER FACIAL,DISPLAY 7,GARANTIA DE 12 MESES	UN	8	R\$ 4.530,00	R\$ 36.240,00
2	603712-7	486079	CANCELA AUTOMATICA - COM GABINETE DE ACO CARBONO,DO TIPO BARREIRA ARTICULADA COM AJUSTE TELESCOPICO DE 3 A 4,50M,DEVENDO SER ENTREGUE COM MOTOR DE 24V DC E POTENCIA DE 100W, ALIMENTACAO DE 220VAC A 60HZ, CENTRAL ELETRONICA COM INVERSOR DE FREQUENCIA, STOP MECANICO COM REGULAGEM DE ALTURA, TRATAMENTO ANTICORROSIVO E PINTURA ELETROSTATICA, SISTEMA DE FIM DE CURSO COM ENCODER, FREIO ELETRONICO,PARA SER UTILIZADA NO CONTROLE DE ENTRADA E SAIDA DE VEICULOS	UN	2	R\$ 8.591,00	R\$ 17.182,00
3	603713-5	486079	CANCELA AUTOMATICA - COM GABINETE DE ACO CARBONO,DO TIPO BARREIRA RETA COM AJUSTE TELESCOPICO DE 4,50 A 6,00M,DEVENDO SER ENTREGUE COM MOTOR DE 24VDC E POTENCIA DE 100W, ALIMENTACAO DE 220VAC A 60HZ, CENTRAL ELETRONICA COM INVERSOR DE FREQUENCIA, STOP MECANICO COM REGULAGEM DE ALTURA, TRATAMENTO ANTICORROSIVO E PINTURA ELETROSTATICA, SISTEMA DE FIM DE CURSO COM ENCODER, FREIO ELETRONICO,PARA SER UTILIZADA NO CONTROLE DE ENTRADA E SAIDA DE VEICULOS	UN	5	R\$ 8.889,98	R\$ 44.449,90
4	584808-3	625039	ESTRUTURA DE SOLUCAO INTEGRADA - DO TIPO TOTEM,EM ACO 1010/1020,CONTENDO PORTAS USB III, WI-FI E PORTA ETHERNET RJ45	UN	8	R\$ 3.461,00	R\$ 27.688,00

5	603715-1	638674	SENSOR DE BARREIRA - ALIMENTACAO DE 12V A 24V, ALCANCE: ATE 60 METROS, 50MS PARA CORTE DO FEIXE, INFRAVERMELHO, 45° HORIZONTAL E 0° VERTICAL, TEMPERATURA: -5°C A 60°C, MATERIAL: ALUMINIO	UN	7	R\$ 3.108,35	R\$ 21.758,45
6	584816-4	27464	LICENCA DE USO DE SOFTWARE - CONTROLE DE ACESSO, COMPATIVEL COM WINDOWS 7 PROFESSIONAL, WINDOWS 10 PRO, WINDOWS 11 PRO, VERSAO 32 E 64 BITS	UN	1	R\$ 12.000,00	R\$ 12.000,00
7	564265-5	621551	NO-BREAK - ALIMENTADOR AUTOMATICO DE TENSÃO, UPS DE DUPLA CONVERSÃO, ONLINE, POTENCIA DE 2 KVA/1600W, FORMA DE ONDA SENOIDAL, TENSÃO DE ENTRADA 220-240V, VARIACAO DE ENTRADA -20% +25% DA TENSÃO NOMINAL, FREQUENCIA DE ENTRADA 40-70 HZ, ESTABILIZADA, TENSÃO DE SAÍDA 220-240V, CONSOLE LCD DE STATUS E CONTROLE MULTIFUNCAO, PROTECAO CONTRA SOBRECARGA, CURTO CIRCUITO E TRANSIENTES, LEDS DE SINALIZACAO, ALARME SONORO, BANCO DE BATERIA DO TIPO CHUMBO-ACIDO 72V, AUTONOMIA DE 10 MINUTOS A PLENA CARGA, TEMPO MAXIMO DE RECARGA DE 04 HORAS, GABINETE TIPO FECHADO, BY PASS INTERNO AUTOMATICO E MANUAL, COM NO MINIMO 04 SAIDAS, BOTAO LIGA/DESLIGA, COM CABOS, MANUAL, GARANTIA MINIMA DE 12 MESES	UN	6	R\$ 7.340,00	R\$ 44.040,00
VALOR TOTAL						R\$ 47.920,33	RS 203.358,35

8. ESTIMATIVA DOS VALORES UNITÁRIOS E GLOBAIS

Foram analisados os custos de propriedade de cada solução considerada tecnicamente viável, em quantitativo necessário para atendimento total da demanda. Estes custos estão descritos conforme tabela abaixo:

Tabela 3: Análise de Custos.

ID da Solução	Nome da Solução	Descrição da Solução	Custo Total	Solução Viável
1	Solução A Adotada (Proposta atual)	Cancelas com inversor e encoder, leitores biométricos com reconhecimento facial, totens com Wi-Fi/Ethernet, sensores robustos de 60m, no-break dupla conversão 2kVA, software avançado e garantia de 12 meses com manutenção preventiva e corretiva.	R\$200.000,00	SIM
2	Solução B Alternativa de mercado	Cancelas eletromecânicas sem inversor/encoder, leitores apenas digitais, totens sem Wi-Fi, sensores de 30m, no-break híbrido 1,5kVA, software básico, garantia de 6 meses sem manutenção inclusa.	R\$ 220.000,00	SIM

9. JUSTIFICATIVA PARA O PARCELAMENTO OU NÃO DA CONTRATAÇÃO

Após análise técnica, conclui-se que **não é recomendável o parcelamento do objeto** da presente contratação, pelos seguintes motivos:

1. Natureza Integrada da Solução:

O sistema de controle de acesso exige a **integração plena entre equipamentos (cancelas, sensores, leitores biométricos, no-breaks) e software de gestão**, o que somente pode ser garantido por um único fornecedor responsável pelo fornecimento, instalação e configuração de todos os itens.

2. Compatibilidade Técnica e Operacional:

O parcelamento poderia implicar em incompatibilidade entre equipamentos de diferentes fornecedores, gerando riscos de falhas de comunicação, perda de garantia e aumento do tempo de implantação.

3. Responsabilidade Unificada:

Ao contratar de forma global, assegura-se que a empresa contratada seja a única responsável pela entrega da solução completa, pela assistência técnica, pela manutenção preventiva e corretiva, evitando disputas de responsabilidade em caso de falhas.

4. Economia de Escala:

A aquisição conjunta possibilita melhores condições comerciais, reduzindo custos de logística, instalação e manutenção, em comparação com aquisições fragmentadas.

5. Continuidade do Serviço:

Um fornecedor único garante maior eficiência no atendimento a chamados técnicos e manutenção, evitando a necessidade de acionar múltiplas empresas para solucionar problemas distintos.

Dessa forma, a contratação será realizada **de forma não parcelada**, garantindo maior eficiência, segurança operacional e economicidade para a Administração Pública.

10. CONTRATAÇÕES CORRELATAS E/OU INTERDEPENDENTES

Solução Adotada R\$ 200.000,00

Impacto Técnico:

- Integração garantida entre todos os equipamentos e software, reduzindo riscos de incompatibilidade.
- Equipamentos com especificações superiores, como cancelas com motor 24VDC, encoder de precisão e freio eletrônico, o que assegura maior confiabilidade e vida útil.
- Leitores biométricos com tecnologia de reconhecimento facial, proporcionando segurança adicional.
- Inclusão de no-breaks de alta potência e autonomia, garantindo continuidade em situações de falha elétrica.
- Previsão contratual de assistência técnica, manutenção preventiva e corretiva, o que reduz riscos de indisponibilidade.

Impacto Econômico:

- Menor custo total em relação à solução alternativa (economia direta de R\$ 20.000).
- Redução de despesas futuras com substituições frequentes, graças ao uso de insumos padronizados e de maior durabilidade.
- Garantia de 12 meses, cobrindo falhas e defeitos sem ônus adicional.
- Melhor relação custo-benefício, equilibrando valor investido com desempenho técnico.

Solução Alternativa R\$ 220.000,00

Impacto Técnico:

- Menor padronização dos insumos, aumentando a dependência de fornecedores específicos.
- Cancelas com motores menos robustos (110/220V sem encoder de precisão), sujeitos a maior desgaste e necessidade de ajustes manuais.
- Leitores biométricos de modelo inferior, sem reconhecimento facial, limitando os recursos de segurança.
- UPS com menor autonomia (5 minutos a plena carga), reduzindo a resiliência em quedas de energia.
- Assistência técnica limitada, com menor cobertura de manutenção preventiva.

Impacto Econômico:

- Custo inicial superior ao da solução adotada (R\$ 220.000,00 contra R\$ 200.000,00).
- Maior probabilidade de custos adicionais com manutenção corretiva, devido à menor robustez técnica dos equipamentos.
- Risco de necessidade de reposição antecipada de peças e insumos.
- Relação custo-benefício desfavorável, visto que o investimento mais alto não se traduz em melhor desempenho técnico.

Conclusão da Avaliação

A análise demonstra que a **solução adotada (R\$ 200.000,00)** apresenta impactos técnicos mais favoráveis, ao garantir robustez, integração e continuidade operacional, além de representar a opção **mais econômica**, tanto no custo inicial quanto na perspectiva de manutenção futura.

Já a **solução alternativa (R\$ 220.000,00)**, além de apresentar valor superior, implica em riscos técnicos relevantes e menor confiabilidade operacional, tornando-se economicamente desvantajosa.

11. RESULTADOS PRETENDIDOS

- Garantir o controle eficiente e **seguro** de entrada e saída de veículos e motocicletas nas dependências da SEFAZ-PE.
- Reduzir riscos relacionados a acessos não autorizados, aumentando a segurança patrimonial e de servidores.
- Disponibilizar sistema integrado de identificação, registro e monitoramento de acessos, com possibilidade de geração de relatórios.
- Assegurar a operacionalidade contínua do sistema, por meio da manutenção preventiva e corretiva durante o período de garantia.
- Promover maior agilidade e organização no fluxo de veículos e motocicletas.
- Alinhar a gestão de acessos com as boas práticas de segurança predial utilizadas em órgãos públicos.

12. RECURSOS NECESSÁRIOS

12.1 RECURSOS HUMANOS NECESSÁRIOS

A Administração já possui servidores capacitados para realizar a fiscalização e a gestão contratual.

12.2 RECURSOS MATERIAIS NECESSÁRIOS

Antes da celebração do contrato, a Administração deverá adotar as seguintes providências, a fim de assegurar a adequada instalação e funcionamento do sistema de controle de acesso de veículos e motocicletas:

1. **Disponibilização de espaço físico:** garantir as áreas destinadas à instalação das cancelas automáticas, totens de leitura biométrica e sensores de barreira, assegurando que o local esteja livre de obstáculos e com as devidas condições de acessibilidade e segurança.
2. **Infraestrutura elétrica:** verificar a existência de pontos de energia elétrica adequados e suficientes, com capacidade compatível para suportar o funcionamento contínuo dos equipamentos (cancelas, leitores, sensores, UPS), evitando sobrecargas.
3. **Infraestrutura lógica:** assegurar a disponibilidade de pontos de rede lógica (Ethernet) e cobertura Wi-Fi nos locais de instalação, viabilizando a integração do software de controle com a rede interna da SEFAZ-PE.
4. **Adequações civis, se necessárias:** realizar previamente ajustes físicos simples, tais como pequenas obras de base para fixação de cancelas, passagem subterrânea de dutos para cabeamento elétrico e de rede, bem como nivelamento de piso em áreas de instalação.
5. **Ambiente de instalação dos servidores e UPS:** disponibilizar sala ou espaço técnico adequado, com condições de ventilação, temperatura e segurança compatíveis para a instalação dos no-breaks e demais equipamentos centrais.
6. **Inventário e planejamento de integração:** mapear previamente os pontos de acesso a serem controlados, definindo a quantidade de usuários, veículos e perfis de acesso a serem cadastrados no sistema, a fim de subsidiar a configuração inicial do software.
7. **Equipe de acompanhamento:** designar servidores responsáveis para acompanhar a execução contratual, facilitando o acesso às dependências da SEFAZ-PE durante a instalação e validando os ajustes realizados pela contratada.

12.3 NECESSIDADE DE ADEQUAÇÃO DO AMBIENTE

Antes da celebração do contrato, a Administração deverá adotar providências relacionadas às adequações do ambiente físico, a fim de garantir a correta instalação e pleno funcionamento do sistema de controle de acesso de veículos e motocicletas. Dentre elas, destacam-se:

1. Áreas de Instalação das Cancelas

- Preparar o local de entrada e saída de veículos, assegurando espaço adequado para a instalação das cancelas automáticas (retas e articuladas).
- Realizar eventuais serviços de nivelamento e reforço de piso, bem como a preparação de bases de concreto para fixação das estruturas.

2. Passagem de Infraestrutura

- Providenciar dutos subterrâneos ou canaletas para acomodar a fiação elétrica e lógica necessária à integração dos equipamentos.
- Assegurar proteção contra intempéries e danos físicos aos cabos e conexões.

3. Espaços para Totens e Leitores Biométricos

- Definir e preparar os pontos de instalação dos totens e leitores, garantindo acessibilidade e visibilidade para usuários.
- Garantir proximidade com pontos de energia e rede, evitando improvisações na instalação.

4. Ambiente para Equipamentos de Apoio

- Disponibilizar espaço físico adequado para a instalação de no-breaks (UPS) e demais equipamentos centrais, em ambiente protegido contra umidade, poeira, calor excessivo e acesso não autorizado.
- Caso necessário, realizar adaptações de climatização e ventilação para preservar a vida útil dos equipamentos.

5. Segurança do Ambiente

- Avaliar a necessidade de instalação de cercas, barreiras físicas ou sinalização em torno das áreas de instalação, a fim de evitar riscos de acidentes durante e após a implantação.
- Garantir iluminação adequada nos locais de acesso, permitindo a correta utilização do sistema em períodos noturnos.

13. POSSÍVEIS IMPACTOS AMBIENTAIS

A contratação do sistema de controle de acesso de veículos e motocicletas possui impacto ambiental potencialmente baixo, porém demanda atenção a alguns aspectos para minimizar riscos e garantir conformidade com as normas de sustentabilidade.

Possíveis Impactos Ambientais

- **Consumo de energia elétrica** para operação contínua dos equipamentos (cancelas, sensores, leitores biométricos e no-breaks).
- **Geração de resíduos eletrônicos** (placas, baterias, sensores) ao longo do ciclo de vida útil dos equipamentos.
- **Resíduos de instalação**, como cabos, embalagens e sobras de materiais de fixação.

Medidas Preventivas e Corretivas

1. Eficiência Energética

- Especificação de equipamentos com baixo consumo de energia e tecnologia de operação eficiente (motor 24VDC nas cancelas e UPS com dupla conversão de alta eficiência).
- Adoção de no-breaks e fontes de alimentação com modo de economia de energia para reduzir perdas em stand-by.

2. Gestão de Resíduos e Logística Reversa

- Exigência de que a contratada adote logística reversa para destinação adequada de baterias, componentes eletrônicos e embalagens, conforme previsto na Lei nº 12.305/2010.
- Separação e descarte correto de materiais gerados durante a instalação, privilegiando reciclagem ou reaproveitamento sempre que possível.

3. Minimização de Impactos na Instalação

- Planejamento para execução das obras de infraestrutura (base das cancelas e dutos) com o mínimo de intervenção no solo e redução de entulho.
- Uso de materiais de fixação e acabamento de baixa toxicidade e de procedência certificada.

4. Manutenção Preventiva e Ciclo de Vida

- Manutenções preventivas regulares para prolongar a vida útil dos equipamentos, reduzindo a geração de resíduos por substituições desnecessárias.
- Previsão de retorno ao fabricante ou descarte ambientalmente correto dos bens ao final de sua vida útil.

14. CONCLUSÃO DO ESTUDO DECLARAÇÃO DE VIABILIDADE

Considerando a análise das soluções disponíveis em potencial de atender às necessidades do órgão, levou-se em consideração diversos aspectos relacionados, não somente ao nível de atendimento aos requisitos de funcionalidades essenciais, mas também aos custos permanentes de manutenção e atualização da solução. Foi realizado também uma comparação de custos entre as alternativas e definiu-se então que a solução **1 - Solução A Adotada (Proposta atual)**, é a mais eficiente no atendimento da demanda. Com a implementação da solução, espera-se

Considerando a análise das soluções disponíveis em potencial de atender às necessidades do órgão, levou-se em consideração diversos aspectos relacionados, não somente ao nível de atendimento aos requisitos de funcionalidades essenciais, mas também aos custos permanentes de manutenção e atualização da solução. Foi realizado também uma comparação de custos entre as alternativas e definiu-se então que a solução 1 - Solução A - Adotada (Proposta atual), 2 - Solução B - Alternativa de mercado, é a mais eficiente no atendimento da demanda. Com a implementação da solução, espera-se

Após análise técnica e econômica, conclui-se que a contratação para aquisição, com instalação, de sistema de controle de acesso de veículos e motocicletas, incluindo assistência técnica e manutenção preventiva e corretiva durante o período de garantia, é viável e necessária para atender às demandas da Secretaria da Fazenda de Pernambuco - SEFAZ-PE.

A solução proposta:

- **Atende integralmente às necessidades de segurança patrimonial e de controle de fluxo de veículos e motocicletas, com tecnologia compatível com o ambiente de TI da SEFAZ-PE.**
- **Possui especificações técnicas adequadas, garantindo confiabilidade, integração de equipamentos e software, bem como facilidade de manutenção e suporte.**
- **Apresenta melhor relação custo-benefício, conforme análise comparativa de soluções, sendo economicamente mais vantajosa frente a alternativas de mercado.**
- **É tecnicamente exequível, considerando que há fornecedores capacitados no mercado nacional para fornecer, instalar e dar suporte à solução, bem como existe infraestrutura mínima na SEFAZ-PE para sua implantação.**
- **Possui impacto ambiental reduzido, com medidas preventivas previstas, incluindo exigências de baixo consumo de energia e logística reversa para descarte de resíduos e componentes eletrônicos ao final da vida útil.**

Diante do exposto, declara-se que a contratação é viável sob os aspectos técnico, econômico, operacional e ambiental, recomendando-se a continuidade do processo para a realização da licitação ou contratação nos termos da legislação vigente.

15. FORMALIZAÇÃO DO ETP

DIMITRI ALBUQUERQUE DE BARROS
Chefe da Unidade de Terceirização e
Documentos
4147855

FRANCISCO RAMOS FERNANDES DE ANDRADE
Gerente de Terceirizações, Documentos e
Imóveis
3899683

ANEXO D

TERMO DE CIÊNCIA DO GESTOR E DO FISCAL DO CONTRATO (Aplicável nos casos de entrega imediata)

(O Termo de Ciência visa a obter o comprometimento formal e a ciência do encargo por parte daqueles indivíduos designados para atuar como fiscal ou gestor da contratação, conforme Art. 17, inciso III, do Decreto Estadual nº 51.651/2021)

CONTRATO Nº: ____/202__

OBJETO: _____

CONTRATADA: _____

CNPJ: _____

GESTOR DO CONTRATO OU FISCAL DA CONTRATAÇÃO: _____

MATRÍCULA: _____

EU, _____, matrícula _____, ocupante do cargo _____, pelo presente termo, DECLARO QUE:

Estou ciente da minha designação para atuar como gestor/fiscal (indicar conforme o caso) da contratação do objeto: _____ (Dispensa OU Inexigibilidade de Licitação nº _____);

Comprometo-me a cumprir as atribuições declinadas no Termo de Referência do referido procedimento;

Estou ciente de que minha substituição poderá ser realizada pela autoridade competente, por razões de conveniência ou interesse público, mediante designação formal e comunicação à contratada por:

Estou ciente da minha designação para atuar como gestor/fiscal (indicar conforme o caso);

Estou ciente de que minha substituição poderá ser realizada pela autoridade competente, por razões de conveniência ou interesse público.

Recife, ____ de _____ de ____.

ASSINATURA DO FISCAL/GESTOR

ANEXO E - QUADRO RESUMO

LOTE ÚNICO							
Item	E-fisco	Catser/Catmat	Descrição	Unidade	Quantidade (A)	Preço Unitário (B)	Valor Total (C) = (A) x (B)
1	585782-1	609081	LEITOR BIOMETRICO - INTERFACE USB,COMPATIVEL COM WINDOWS 7, 10 E 11, VERSAO 32 E 64 BITS,TEMPERATURA / UMIDADE DE - 30C A 50C, SCANNER FACIAL,DISPLAY 7,GARANTIA DE 12 MESES	UN	8	R\$ 4.530,00	R\$ 36.240,00
2	603712-7	486079	CANCELA AUTOMATICA - COM GABINETE DE ACO CARBONO,DO TIPO BARREIRA ARTICULADA COM AJUSTE TELESCOPICO DE 3 A 4,50M,DEVENDO SER ENTREGUE COM MOTOR DE 24V DC E POTENCIA DE 100W, ALIMENTACAO DE 220VAC A 60HZ, CENTRAL ELETRONICA COM INVERSOR DE FREQUENCIA, STOP MECANICO COM REGULAGEM DE ALTURA, TRATAMENTO ANTICORROSIVO E PINTURA ELETROSTATICA, SISTEMA DE FIM DE CURSO COM ENCODER, FREIO ELETRONICO,PARA SER UTILIZADA NO CONTROLE DE ENTRADA E SAIDA DE VEICULOS	UN	2	R\$ 8.591,00	R\$ 17.182,00

3	603713-5	486079	CANCELA AUTOMATICA - COM GABINETE DE ACO CARBONO,DO TIPO BARREIRA RETA COM AJUSTE TELESCOPICO DE 4,50 A 6,00M,DEVENDO SER ENTREGUE COM MOTOR DE 24VDC E POTENCIA DE 100W, ALIMENTACAO DE 220VAC A 60HZ, CENTRAL ELETRONICA COM INVERSOR DE FREQUENCIA, STOP MECANICO COM REGULAGEM DE ALTURA, TRATAMENTO ANTICORROSIVO E PINTURA ELETROSTATICA, SISTEMA DE FIM DE CURSO COM ENCODER, FREIO ELETRONICO,PARA SER UTILIZADA NO CONTROLE DE ENTRADA E SAIDA DE VEICULOS	UN	5	R\$ 8.889,98	R\$ 44.449,90
4	584808-3	625039	ESTRUTURA DE SOLUCAO INTEGRADA - DO TIPO TOTEM,EM ACO 1010/1020,CONTENDO PORTAS USB III, WI-FI E PORTA ETHERNET RJ45	UN	8	R\$ 3.461,00	R\$ 27.688,00
5	603715-1	638674	SENSOR DE BARREIRA - ALIMENTACAO DE 12V A 24V,ALCANCE: ATE 60 METROS,50MS PARA CORTE DO FEIXE,INFRAVERMELHO,45° HORIZONTAL E 0° VERTICAL,TEMPERATURA: -5°C A 60°C,MATERIAL: ALUMINIO	UN	7	R\$ 3.108,35	R\$ 21.758,45
6	584816-4	27464	LICENCA DE USO DE SOFTWARE - CONTROLE DE ACESSO,COMPATIVEL COM WINDOWS 7 PROFESSIONAL, WINDOWS 10 PRO, WINDOWS 11 PRO,VERSAO 32 E 64 BITS	UN	1	R\$ 12.000,00	R\$ 12.000,00
7	564265-5	621551	NO-BREAK - ALIMENTADOR AUTOMATICO DE TENSÃO,UPS DE DUPLA CONVERSAO,ONLINE,POTENCIA DE 2 KVA/1600W,FORMA DE ONDA SENOIDAL,TENSÃO DE ENTRADA 220-240V,VARIACAO DE ENTRADA - 20% +25% DA TENSÃO NOMINAL,FREQUENCIA DE ENTRADA 40-70 HZ,ESTABILIZADA,TENSÃO DE SAIDA 220-240V,CONSOLE LCD DE STATUS E CONTROLE MULTIFUNCAO,PROTECAO CONTRA SOBRECARGA, CURTO CIRCUITO E TRANSIENTES,LEDS DE SINALIZACAO,ALARME SONORO,BANCO DE BATERIA DO TIPO CHUMBO-ACIDO 72V,AUTONOMIA DE 10 MINUTOS A PLENA CARGA,TEMPO MAXIMO DE RECARGA DE 04 HORAS,GABINETE TIPO FECHADO,BY PASS INTERNO AUTOMATICO E MANUAL,COM NO MINIMO 04 SAIDAS,BOTAO LIGA/DESLIGA,COM CABOS, MANUAL,GARANTIA MINIMA DE 12 MESES	UN	6	R\$ 7.340,00	R\$ 44.040,00
VALOR TOTAL						R\$ 47.920,33	RS 203.358,35

ASSINATURA DO FISCAL/GESTOR



Documento assinado eletronicamente por **DIMITRI ALBUQUERQUE DE BARROS**, em 01/06/2026, às 11:19, conforme horário oficial de Recife, com fundamento no art. 10º, do [Decreto nº 45.157, de 23 de outubro de 2017](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.pe.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **87509294** e o código CRC **4B25AA03**.

SECRETARIA DA FAZENDA DO ESTADO DE PERNAMBUCO

Rua Imperador Dom Pedro II, nº 167, - Bairro Santo Antônio, Recife/PE - CEP 50010-240, Telefone: 3183-6401

ANEXO II
DECLARAÇÕES COMPLEMENTARES

A empresa _____, inscrita no CNPJ sob o nº _____, sediada _____, por intermédio do seu representante legal o(a) Sr(a) _____, portador(a) da Carteira de Identidade nº _____ SSP/_____ e CPF nº _____, sob as penas da lei e para os fins dispostos neste Edital:

DECLARA que cumpre o disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal;

DECLARA que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas;

DECLARA que não possui em seu quadro societário ou de pessoal agente público do órgão ou entidade licitante ou contratante, nos termos do art. 9º, §1º da Lei 14.133/2021;

DECLARA que não incorre em qualquer uma das vedações impostas no art. 14 da Lei 14.133/2021 aplicáveis ao objeto da presente licitação.

DECLARA que atende às disposições da Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD).

Recife, XX de XXXX de XXXX

REPRESENTANTE DA EMPRESA



Documento assinado eletronicamente por **Patrícia de Lucena Farias**, em 26/05/2026, às 09:45, conforme horário oficial de Recife, com fundamento no art. 10º, do [Decreto nº 45.157, de 23 de outubro de 2017](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.pe.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **86992002** e o código CRC **86383154**.

ANEXO III
MINUTA DO CONTRATO
FORNECIMENTO DE BENS COMUNS

CONTRATO QUE ENTRE SI CELEBRAM O ESTADO DE PERNAMBUCO, ATRAVÉS DA SECRETARIA DA FAZENDA DO ESTADO DE PERNAMBUCO, EM DECORRÊNCIA DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 0004.PROFISCO, PROCESSO Nº 0004.2026.CC-PROF-II.PE.0004.PROFISCO:

O **ESTADO DE PERNAMBUCO**, através da **SECRETARIA DA FAZENDA DE PERNAMBUCO**, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 10.572.014/0010-24, com sede na Rua Imperador Dom Pedro II, nº 167, Bairro Santo Antônio, CEP 50010-240, nesta cidade, doravante designada **CONTRATANTE**, neste ato representada pelo(a) Gerente Geral Administrativo, Sr. Carlos Eduardo Araújo Pereira, portador da matrícula funcional nº 214726/03, no uso da competência conferida pelo Ato nº 1078 de 20 de fevereiro de 2025, e a empresa _____, inscrita no CNPJ (MF) sob o nº _____, sediada em _____, representada neste ato por _____, conforme atos constitutivos da empresa OU procuração apresentada nos autos, doravante designada **CONTRATADA**, têm entre si justo e acordado, e celebram o presente **CONTRATO**, mediante as seguintes cláusulas e condições, que mutuamente outorgam e estabelecem, sujeitando-se às disposições previstas na Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, nos Decretos Estaduais nº 53.384, de 22.08.2022 e 54.142, de 14.12.2022, e demais normas aplicáveis.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

Constitui objeto do presente **CONTRATO** o fornecimento com instalação, de sistema de controle de acesso de veículos e motocicletas, incluindo assistência técnica com manutenção preventiva e corretiva durante o período de garantia, visando atender as necessidades da Secretaria da Fazenda de Pernambuco, conforme especificações técnicas constantes do Termo de Referência (Anexo I do Edital), da proposta da **CONTRATADA** e dos demais documentos constantes do processo licitatório.

CLÁUSULA SEGUNDA - DA DOCUMENTAÇÃO

São partes integrantes deste **CONTRATO** e vinculam a contratação, para todos os fins de direito, independentemente de transcrição, o processo relativo ao **PREGÃO ELETRÔNICO Nº 0004.PROFISCO, PROCESSO Nº 0004.2026.CC-PROF-II.PE.0004.PROFISCO** e todos os seus anexos, assim como a proposta apresentada pela **CONTRATADA**.

CLÁUSULA TERCEIRA - DO PRAZO DE VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

PARÁGRAFO PRIMEIRO: O prazo de vigência do **CONTRATO** é de 12 (doze) meses, contados a partir da data de sua assinatura, na forma do art. 105 da Lei nº 14.133, de 2021, sem prejuízo do prazo de garantia do produto descrito no item **3.2** do Termo de Referência.

PARÁGRAFO SEGUNDO: O prazo de vigência será automaticamente prorrogado, independentemente de termo aditivo, quando o objeto não for concluído no período estipulado, ressalvada, no caso de culpa da **CONTRATADA**, a opção pela extinção do **CONTRATO**.

PARÁGRAFO TERCEIRO: A prorrogação decorrente de atraso por culpa da **CONTRATADA** se dará sem prejuízo das providências previstas no art. 111, parágrafo único, da Lei 14.133, de 2021.

PARÁGRAFO QUARTO: A prorrogação automática de que trata esta cláusula não dispensa o apostilamento do novo cronograma de entregas do **CONTRATO**, com as devidas informações orçamentárias, se necessário, onde também devem constar as razões do atraso no fornecimento.

CLÁUSULA QUARTA - DO PREÇO

PARÁGRAFO PRIMEIRO: O valor total da contratação é de R\$ XXX (XXX), conforme detalhamento abaixo descrito:

LOTE ÚNICO							
Item	Código E-Fisco	CATMAT	Descrição	Unid	Qtde	Valor Unitário	Valor Total
1			LEITOR BIOMETRICO - INTERFACE USB, COMPATIVEL COM WINDOWS 7, 10 E 11, VERSAO 32 E 64 BITS, TEMPERATURA / UMIDADE DE - 30C A 50C, SCANNER	Unid	08		

			FACIAL, DISPLAY 7, GARANTIA DE 12 MESES				
2			CANCELA AUTOMATICA – COM GABINETE DE ACO CARBONO, DO TIPO BARREIRA ARTICULADA COM AJUSTE TELESCOPICO DE 3 A 4,50M, DEVENDO SER ENTREGUE COM MOTOR DE 24V DC E POTENCIA DE 100W, ALIMENTACAO DE 220VAC A 60HZ, CENTRAL ELETRONICA COM INVERSOR DE FREQUENCIA, STOP MECANICO COM REGULAGEM DE ALTURA, TRATAMENTO ANTICORROSIVO E PINTURA ELETROSTATICA, SISTEMA DE FIM DE CURSO COM ENCODER, FREIO ELETRONICO, PARA SER UTILIZADA NO CONTROLE DE ENTRADA E SAIDA DE VEICULOS	Unid	02		
3			CANCELA AUTOMATICA – COM GABINETE DE ACO CARBONO, DO TIPO BARREIRA RETA COM AJUSTE TELESCOPICO DE 4,50 A 6,00M, DEVENDO SER ENTREGUE COM MOTOR DE 24VDC E POTENCIA DE 100W, ALIMENTACAO DE 220VAC A 60HZ, CENTRAL ELETRONICA COM INVERSOR DE FREQUENCIA, STOP MECANICO COM REGULAGEM DE ALTURA, TRATAMENTO ANTICORROSIVO E PINTURA ELETROSTATICA, SISTEMA DE FIM DE CURSO COM ENCODER, FREIO ELETRONICO, PARA SER UTILIZADA NO CONTROLE DE ENTRADA E SAIDA DE VEICULOS	Unid	05		
4			ESTRUTURA DE SOLUCAO INTEGRADA - DO TIPO	Unid	08		

			TOTEM, EM ACO 1010/1020, CONTENDO PORTAS USB III, WI-FI E PORTA ETHERNET RJ45				
5			SENSOR DE BARREIRA - ALIMENTACAO DE 12V A 24V, ALCANCE: ATE 60 METROS, 50MS PARA CORTE DO FEIXE, INFRAVERMELHO, 45° HORIZONTAL E 0° VERTICAL, TEMPERATURA: 5°C A 60°C, MATERIAL: ALUMINIO	Unid	07		
6			LICENCA DE USO DE SOFTWARE - CONTROLE DE ACESSO, COMPATIVEL COM WINDOWS 7 PROFESSIONAL, WINDOWS 10 PRO, WINDOWS 11 PRO, VERSAO 32 E 64 BITS				
7			NO-BREAK – ALIMENTADOR AUTOMATICO DE TENSAO, UPS DE DUPLA CONVERSAO, ONLINE, POTENCIA DE 2 KVA/1600W, FORMA DE ONDA SENOIDAL,TENSAO DE ENTRADA 220-240V, VARIACAO DE ENTRADA - 20% +25% DA TENSAO NOMINAL, FREQUENCIA DE ENTRADA 40-70 HZ, ESTABILIZADA,TENSAO DE SAIDA 220-240V, CONSOLE LCD DE STATUS E CONTROLE MULTIFUNCAO, PROTECAO CONTRA SOBRECARGA, CURTO CIRCUITO E TRANSIENTES, LEDS DE SINALIZACAO, ALARME SONORO, BANCO DE BATERIA DO TIPO CHUMBO-ACIDO 72V, AUTONOMIA DE 10 MINUTOS A PLENA CARGA, TEMPO MAXIMO DE RECARGA DE 04 HORAS, GABINETE TIPO FECHADO, BY PASS INTERNO AUTOMATICO E MANUAL, COM NO MINIMO 04 SAIDAS, BOTAO				

			LIGA/DESLIGA, COM CABOS, MANUAL, GARANTIA MINIMA DE 12 MESES				
Valor Total do Lote							

PARÁGRAFO SEGUNDO: O valor do **CONTRATO** compreende os custos diretos e indiretos decorrentes de sua execução, incluindo tributos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais, seguros, despesas de administração, lucro, eventuais custos com transporte, frete e outras despesas correlatas necessárias ao cumprimento integral do objeto da contratação.

CLÁUSULA QUINTA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

PARÁGRAFO PRIMEIRO: As despesas decorrentes deste **CONTRATO** encontram-se previstas no Plano Plurianual (PPA) e estão programadas em dotação orçamentária própria do orçamento do Estado de Pernambuco para o presente exercício de XXX, na classificação abaixo:

Unidade Orçamentária: **00109**

Unidade Gestora: **150110**

Programa de Trabalho: **04.129.0587.3441.A567**

Natureza da Despesa: **4.4.90**

Fonte de Recurso: **0754004757**

Despesa Gerencial: **OPERAÇÕES DE CRÉDITO - Operações de Crédito**

Tipo de Despesa: () CUSTEIO () EXECUTIVA (**X**) INVESTIMENTO

Nota de Empenho:

PARÁGRAFO SEGUNDO: No(s) exercício(s) seguinte(s), as despesas correrão à conta dos recursos próprios para atender às despesas de mesma natureza, cujo empenho será objeto de termo de apostilamento no início de cada exercício financeiro.

CLÁUSULA SEXTA - DO REAJUSTE E DA REVISÃO

PARÁGRAFO PRIMEIRO: Os preços contratados são fixos e irrevogáveis no prazo de um ano, contado da data de elaboração do orçamento estimado, ocorrida em **08/04/2026**.

PARÁGRAFO SEGUNDO: O preço do **CONTRATO** será reajustado em periodicidade anual contada a partir da data de elaboração do orçamento estimado, utilizando-se, para tanto, o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA, fornecido pelo IBGE, que incidirá exclusivamente em relação às obrigações iniciadas e concluídas após a

ocorrência da anualidade, nos termos da Lei Estadual nº 17.555/2021 e do Decreto nº 52.153, de 17 de janeiro de 2022.

PARÁGRAFO TERCEIRO: A **CONTRATADA** deverá pleitear formalmente o reajuste de preços durante a vigência do **CONTRATO**, sob pena de, não o fazendo tempestivamente, ocorrer a preclusão do seu direito ao reajustamento.

PARÁGRAFO QUARTO: O pedido de reajustamento deverá ser analisado e respondido pela Administração no prazo máximo de 60 (sessenta) dias, contados a partir da instrução completa do requerimento pela **CONTRATADA**.

PARÁGRAFO QUINTO: Caso, na data da prorrogação contratual, ainda não tenha sido analisado o pedido de reajuste tempestivamente formulado, deverá ser inserida cláusula no termo aditivo de prorrogação para resguardar o direito futuro ao reajustamento, sob pena de preclusão.

PARÁGRAFO SEXTO: O reajustamento será formalizado mediante apostilamento, exceto se a sua concessão coincidir com a prorrogação contratual, quando poderá ser formalizado por termo aditivo.

PARÁGRAFO SÉTIMO: O direito ao reajustamento poderá ser objeto de renúncia expressa, parcial ou integral, bem como de negociação entre as partes, com vistas a garantir a vantajosidade da manutenção do ajuste para o interesse público, nos termos do art. 6º da Lei Estadual nº 17.555, de 2021.

PARÁGRAFO OITAVO: Nos reajustes subsequentes ao primeiro, a anualidade será contada a partir da data do fato gerador que deu ensejo ao último reajuste concedido ou objeto de renúncia.

PARÁGRAFO NONO: Será assegurado o restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro inicial do **CONTRATO** em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução do **CONTRATO** tal como pactuado, respeitada, em qualquer caso, a repartição objetiva de risco estabelecida no **CONTRATO**.

PARÁGRAFO DÉCIMO: O pedido de restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro deverá ser formulado durante a vigência do **CONTRATO** e antes de eventual prorrogação, sob pena de preclusão.

PARÁGRAFO DÉCIMO PRIMEIRO: Os pedidos de restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro do **CONTRATO** deverão ser analisados e respondidos pela Administração no prazo máximo de até 90 (noventa) dias, contados a partir da instrução completa do requerimento pela **CONTRATADA**.

PARÁGRAFO DÉCIMO SEGUNDO: A extinção do **CONTRATO** não configura óbice para o reconhecimento do direito ao reajuste ou ao restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro **CONTRATO**, desde que requeridos tempestivamente, hipóteses em que serão concedidos a título de indenização por meio de Termo de Quitação.

CLÁUSULA SÉTIMA – DOS PRAZOS, LOCAIS E CONDIÇÕES DE ENTREGA

PARÁGRAFO PRIMEIRO: Os bens deverão ser entregues nos locais e horários estabelecidos no item **3.3.2** do Termo de Referência, observando-se as condições de entrega indicadas no item **3.3.4**, também do Termo de Referência.

PARÁGRAFO SEGUNDO: A entrega dos bens será realizada de forma integral, em remessa única, no prazo de até **30 (trinta)** dias, contados da notificação da Ordem de Fornecimento.

PARÁGRAFO TERCEIRO: A **CONTRATANTE** poderá autorizar a alteração dos prazos de entrega mediante prévia e justificada solicitação da **CONTRATADA**, com antecedência mínima de **05 (cinco)** dias, devendo o cronograma atualizado ser devidamente apostilado.

PARÁGRAFO QUARTO: Até o final do prazo de entrega, deverá ser solicitado o quantitativo integralmente contratado, ressalvada a possibilidade de aditivo de supressão, na forma prevista neste **CONTRATO**.

PARÁGRAFO QUINTO: Em caso de culpa da **CONTRATADA**, será ela constituída em mora e aplicadas as penalidades cabíveis, sem prejuízo da continuidade do **CONTRATO**, nos termos do art. 111, parágrafo único, II, da Lei nº 14.133/2021.

PARÁGRAFO SEXTO: Em situações de caso fortuito ou força maior, impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do **CONTRATO**, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

CLÁUSULA OITAVA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

PARÁGRAFO PRIMEIRO: É dever da **CONTRATANTE** exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela **CONTRATADA**, em especial:

- I. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;
- II. Acompanhar e fiscalizar a execução do objeto contratado, através de servidor designado para este fim;
- III. Informar à **CONTRATADA** as normas e procedimentos de acesso às suas instalações para entrega dos bens;
- IV. Verificar a conformidade dos bens entregues com as especificações e quantidades exigidas, inclusive quanto à marca indicada na proposta;
- V. Promover o recebimento provisório e definitivo do objeto, cumpridas as condições estabelecidas na **CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA** deste **CONTRATO**;
- VI. Comunicar por escrito à **CONTRATADA** qualquer vício, defeito ou irregularidade no objeto fornecido, solicitando a substituição, o reparo ou complementação do bem entregue, às suas expensas, no prazo fixado para o cumprimento da determinação;

VII. Recusar o recebimento do bem que não atenda aos requisitos elencados nas especificações indicadas se, após o prazo fixado para substituição, reparo ou complementação, não for sanada a irregularidade verificada, comunicando à **CONTRATADA** o fato por escrito;

VIII. Analisar e atestar as Faturas e Notas Fiscais emitidas e efetuar os respectivos pagamentos nas condições e nos prazos estabelecidos;

IX. Liberar o pagamento da parcela incontroversa da execução do objeto contratado, quando houver controvérsia sobre a dimensão, qualidade e quantidade do objeto executado;

X. Comunicar à **CONTRATADA** as ocorrências de quaisquer fatos que, a seu critério, exijam medidas corretivas;

XI. Prestar as informações e esclarecimentos que venham a ser solicitados pela **CONTRATADA** relacionados à execução contratual;

XII. Aplicar as penalidades previstas na lei e neste **CONTRATO**;

XIII. Notificar, nos termos do §4º do art. 137 da Lei nº 14.133, de 2021, os emitentes das garantias quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais.;

XIV. Proferir, no prazo de 30 (trinta) dias a contar da data do protocolo do requerimento, admitida a prorrogação motivada por igual período, decisão explícita sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente **CONTRATO**, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste;

XV. Responder a pedidos de reajustamento no prazo máximo de 60 (sessenta) dias e aos pedidos de restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro no prazo máximo de 90 (noventa) dias, contados a partir da instrução completa dos respectivos requerimentos;

XVI. Cumprir a Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (LGPD), quanto a todos os dados pessoais a que tenha acesso em razão do certame ou do contrato administrativo, independentemente de declaração ou de aceitação expressa.

CLÁUSULA NONA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

PARÁGRAFO PRIMEIRO: A **CONTRATADA** deve cumprir todas as obrigações constantes do Edital, de seus anexos e da proposta apresentada na licitação e, ainda:

I. Fornecer o bem contratado, nas quantidades e especificações exigidas, salvo se obtiver por escrito prévia anuência da **CONTRATANTE** para alteração nas condições do fornecimento;

II. Fornecer o bem acondicionado de forma adequada, de modo a garantir seu perfeito estado de conservação e funcionamento;

III. Cumprir o prazo de entrega estabelecido no contrato;

IV. Substituir, corrigir, reparar ou complementar, às suas expensas, no todo ou em parte, conforme o caso, no prazo de até 05 (cinco) dias úteis contado da respectiva notificação, ou no prazo assinalado pelo fiscal do **CONTRATO**, os bens que apresentarem vícios, defeitos ou qualquer irregularidade;

V. Programar, com a necessária antecedência, data e hora para entrega do objeto contratado, inclusive quando esta ocorrer através de empresa transportadora, comunicando à **CONTRATANTE**, até 02 (dois) dias antes, qualquer impedimento à entrega, devidamente comprovado;

VI. Entregar o manual do usuário, com uma versão em português, e da relação da rede de assistência técnica autorizada, conforme o caso;

VII. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990), bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pela **CONTRATANTE**, que ficará autorizada a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida no Edital, o valor correspondente aos danos sofridos;

VIII. Não transferir a outrem, no todo ou em parte, o objeto do **CONTRATO**, ressalvadas as hipóteses de subcontratação autorizada no Termo de Referência e neste **CONTRATO**;

IX. Comunicar à **CONTRATANTE**, em tempo hábil e por escrito, a superveniência de fatos que venham a prejudicar o adequado fornecimento dos bens, de modo a se viabilizar a correção da situação apresentada;

X. Designar preposto para representá-la perante a **CONTRATANTE** sempre que for necessário, indicando o respectivo telefone e e-mail para futuros contatos;

XI. Prestar os necessários esclarecimentos sobre a execução do objeto contratual solicitados pela **CONTRATANTE**, no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis após o recebimento da solicitação;

XII. Responsabilizar-se pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do objeto, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade à **CONTRATANTE** e não poderá onerar o objeto do **CONTRATO**, sendo que eventual pessoal alocado ao **CONTRATO** não terá qualquer vínculo empregatício com a **CONTRATANTE**;

XIII. Emitir documento fiscal com a discriminação expressa do percentual de isenção do ICMS, quando se tratar de operação abrangida pelo art. 63 do Anexo 7 do Decreto Estadual nº 44.650/17 (Convênio ICMS 73/04);

XIV. Manter, durante o prazo de vigência do **CONTRATO**, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, inclusive sua inscrição no CADFOR-PE;

XV. Comprovar, quando for o caso, no início da execução contratual e sempre que solicitado pelo fiscal, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social e para aprendiz, durante toda a vigência do **CONTRATO**, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas;

XVI. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do **CONTRATO** e cumprir a Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (LGPD), quanto a todos os dados pessoais a que tenha acesso em razão do certame ou do contrato administrativo, independentemente de declaração ou de aceitação expressa;

XVII. Comunicar à **CONTRATANTE**, no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, qualquer alteração no Contrato Social ou no endereço comercial;

XVIII. Apresentar, suplementar ou estender a garantia de execução contratual, se exigível, no prazo assinalado no **CONTRATO**.

CLÁUSULA DÉCIMA – DA FISCALIZAÇÃO E DA GESTÃO DO CONTRATO

PARÁGRAFO PRIMEIRO: A execução do presente **CONTRATO** deverá ser fiscalizada pela **CONTRATANTE**, não excluindo nem reduzindo, por tal fato, a integral responsabilidade da **CONTRATADA**, mesmo perante terceiros, por quaisquer irregularidades constatadas na execução do objeto contratado.

PARÁGRAFO SEGUNDO: A **CONTRATANTE** designa **XXXXXX** como servidor responsável pela fiscalização do **CONTRATO**, que, dentre outras, terá as seguintes atribuições:

- a)** Fiscalizar a regularidade e adequação do fornecimento;
- b)** Disponibilizar toda a infraestrutura necessária à entrega do objeto, conforme o caso, nas condições e prazos estabelecidos;
- c)** Verificar a conformidade dos bens fornecidos com as especificações contidas no Edital e seus anexos, recusando o fornecimento de objeto diverso, salvo quando de qualidade superior e devidamente aceito pela **CONTRATANTE**;
- d)** Receber o objeto contratual e atestar as respectivas faturas e notas fiscais, encaminhando-as ao gestor do **CONTRATO** para pagamento;
- e)** Registrar no histórico de execução do **CONTRATO** todas as ocorrências que possam interferir no adequado andamento da contratação, notificando a **CONTRATADA** para determinar as medidas e os prazos necessários à regularização das faltas ou dos defeitos observados;
- f)** Comunicar por escrito ao gestor do **CONTRATO** a necessidade de alterações do quantitativo do objeto ou a modificação da forma de sua execução, em razão de fato superveniente, bem como eventuais irregularidades cometidas pela **CONTRATADA** que exijam decisão ou providências que ultrapassem a sua competência;

g) Comunicar imediatamente ao gestor do **CONTRATO** as ocorrências que possam inviabilizar a execução do **CONTRATO** nas datas pactuadas, com vistas à atualização do cronograma;

h) Verificar a manutenção das condições de habilitação da **CONTRATADA**, acompanhar o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário.

i) Comunicar por escrito ao gestor do **CONTRATO** as faltas cometidas pela **CONTRATADA** que sejam passíveis de aplicação de penalidade.

PARÁGRAFO TERCEIRO: A **CONTRATANTE** designa **XXXXXX** como servidor responsável pela gestão do **CONTRATO**, que, dentre outras, terá as seguintes atribuições:

a) coordenar e atualizar o processo de acompanhamento e fiscalização do **CONTRATO**, elaborando relatórios, quando for o caso, e promovendo os registros formais no histórico de gerenciamento do **CONTRATO** de todas as ocorrências relacionadas a alterações e prorrogações contratuais;

b) Acompanhar e observar o cumprimento das cláusulas contratuais, bem como os registros realizados pelo fiscal do **CONTRATO** acerca de todas as ocorrências relacionadas à execução do **CONTRATO** e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência;

c) Solicitar abertura de processo administrativo visando à aplicação de penalidade cabível, garantindo a defesa prévia à **CONTRATADA**;

d) Propor aplicação de sanções administrativas pelo descumprimento das cláusulas contratuais apontadas pelos fiscais do **CONTRATO**;

e) Providenciar o pagamento das notas fiscais/faturas emitidas pela **CONTRATADA**, mediante a observância das exigências contratuais e legais;

f) Manter controle atualizado dos pagamentos efetuados, observando que o valor do **CONTRATO** não seja ultrapassado.

PARÁGRAFO QUARTO: A ciência da designação deverá ser assinada pelos servidores indicados para atuar como fiscal e gestor do **CONTRATO**, conforme termo de ciência anexo.

PARÁGRAFO QUINTO: A substituição do fiscal e do gestor designados, por razões de conveniência ou interesse público, será realizada mediante simples apostilamento ao presente **CONTRATO**, devendo o substituto assinar novo termo de ciência.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DO RECEBIMENTO DO OBJETO

PARÁGRAFO PRIMEIRO: O objeto do **CONTRATO** deverá ser recebido pelo fiscal do **CONTRATO**, à vista da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, nos seguintes termos:

I - Provisoriamente, de forma sumária, mediante recibo, para efeito de posterior verificação da conformidade dos bens recebidos com as especificações exigidas;

II - Definitivamente, após a verificação da compatibilidade dos bens com as especificações técnicas e exigências de qualidade e quantidade fixadas no Edital e seus anexos, com a consequente aceitação mediante termo circunstanciado, no prazo de **05 (cinco)** dias úteis, a contar do recebimento da nota fiscal ou do instrumento de cobrança equivalente.

PARÁGRAFO SEGUNDO: O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.

PARÁGRAFO TERCEIRO: O prazo para a solução, pela **CONTRATADA**, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração, não será computado para os fins do recebimento definitivo.

PARÁGRAFO QUARTO: No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se a **CONTRATADA** para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

PARÁGRAFO QUINTO: O recibo e o termo circunstanciado deverão conter a identificação funcional do servidor responsável e respectiva assinatura.

PARÁGRAFO SEXTO: Fica assegurado à **CONTRATANTE** o direito de devolver ou recusar, no todo ou em parte, os bens entregues em desacordo com as especificações exigidas, ficando a **CONTRATADA** obrigada a substituir, complementar, e/ou reparar os itens irregulares, no prazo de até **15 (quinze)** dias úteis, a contar da sua notificação formal, sem ônus para a **CONTRATANTE**.

PARÁGRAFO SÉTIMO: Será considerada recusa formal se a **CONTRATADA** não substituir ou reparar o bem após o prazo fixado no **PARÁGRAFO TERCEIRO** da presente Cláusula Contratual, configurando inexecução do **CONTRATO**, passível de aplicação da penalidade prevista no Edital.

PARÁGRAFO OITAVO: A não complementação do quantitativo dos bens entregues após o prazo fixado no **PARÁGRAFO TERCEIRO** da presente Cláusula Contratual configura inexecução parcial do **CONTRATO**, passível de aplicação da penalidade prevista no Edital.

PARÁGRAFO NONO: O recebimento provisório ou definitivo não exclui a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do **CONTRATO**, nem a responsabilidade pelos prejuízos resultantes da incorreta execução.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DO PAGAMENTO

PARÁGRAFO PRIMEIRO: O pagamento será feito diretamente pela **CONTRATANTE**, no prazo de até 30 (trinta) dias, por meio de ordem bancária para crédito em conta corrente da **CONTRATADA**, à vista de termo de recebimento definitivo dos bens acompanhado dos documentos de comprovação da regularidade fiscal e trabalhista e da apresentação da fatura e da nota fiscal ou documento de cobrança equivalente, devidamente atestados pelo fiscal do **CONTRATO**.

PARÁGRAFO SEGUNDO: A **CONTRATADA** deverá emitir as notas fiscais em observância às regras de retenção de imposto de renda estabelecidas na Instrução Normativa RFB nº 1.234/2012, e alterações posteriores, de acordo com as alíquotas constantes do Anexo I da referida norma, ou em observância à norma que venha a substituí-la, sob pena de devolução do documento para as correções cabíveis ou de retenção no valor total do documento fiscal, caso não realizadas as correções, nos termos do art. 4º do Decreto nº 55.069, de 25 de julho de 2023.

PARÁGRAFO TERCEIRO: Quando não for possível verificar diretamente no CADFOR-PE, a regularidade fiscal e trabalhista da **CONTRATADA** será comprovada mediante a apresentação das seguintes certidões:

- a) Certidão Negativa de Débitos relativos a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União (CND);
- b) Certidões que comprovem a regularidade perante as Fazendas Estadual ou Distrital do domicílio ou sede da **CONTRATADA**;
- c) Certidão de Regularidade do FGTS (CRF); e
- d) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT).

PARÁGRAFO QUARTO: Caso não seja(m) apresentado(s) quaisquer dos documentos de regularidade ou os documentos encaminhados contenham pendências, a **CONTRATADA** terá 10 (dez) dias para sanar a ausência identificada, prazo em que o pagamento correspondente ao mês em referência ficará suspenso.

PARÁGRAFO QUINTO: Caso não seja sanada a pendência no prazo estipulado, estará configurada a não manutenção das condições de habilitação pela **CONTRATADA**, devendo a **CONTRATANTE** instaurar processo administrativo para extinção do **CONTRATO** e comunicar aos órgãos de fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência da **CONTRATADA**, sem prejuízo da retomada dos pagamentos pelos fornecimentos efetivamente executados.

PARÁGRAFO SEXTO: Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que a **CONTRATADA** providencie as medidas saneadoras.

PARÁGRAFO SÉTIMO: No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

PARÁGRAFO OITAVO: Quando do pagamento, deverá ser efetuada a retenção do imposto sobre a renda, nos termos previstos na Instrução Normativa RFB nº 1.234/2012, e alterações posteriores, ou em norma que venha a substituí-la, além de outras retenções previstas na legislação.

tributária aplicável.

PARÁGRAFO NONO: A **CONTRATADA** regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

PARÁGRAFO DÉCIMO: Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, verificados por culpa única e exclusiva da **CONTRATANTE**, a taxa de atualização financeira sobre os valores devidos à **CONTRATADA** será calculada mediante a aplicação da seguinte fórmula:

$$EM = I \times N \times VP$$

Onde:

SIGLA	SIGNIFICADO/ DESCRIÇÃO
EM	Encargos Moratórios
N	Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento.
VP	Valor da parcela a se paga.
TX	IPCA
I	Índice de atualização financeira, assim apurado: $I = \frac{\left(\frac{TX}{100}\right)}{365}$

PARÁGRAFO DÉCIMO PRIMEIRO: A atualização financeira prevista nesta cláusula será incluída na Nota Fiscal/Fatura do mês seguinte ao da ocorrência.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA ANTECIPAÇÃO DO PAGAMENTO

Não se aplica.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DA GARANTIA DE EXECUÇÃO CONTRATUAL

PARÁGRAFO PRIMEIRO: Não haverá exigência de garantia contratual da execução.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DA ALTERAÇÃO CONTRATUAL

PARÁGRAFO PRIMEIRO: A **CONTRATADA** fica obrigada a aceitar, nas mesmas condições, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários no objeto, a critério exclusivo da **CONTRATANTE**, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do **CONTRATO**.

PARÁGRAFO SEGUNDO: Na hipótese de haver acordo entre as partes, as supressões poderão exceder o limite de 25% (vinte e cinco por cento).

PARÁGRAFO TERCEIRO: As alterações contratuais serão obrigatoriamente formalizadas mediante celebração de prévio termo aditivo ao presente instrumento, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês, conforme art. 132 da Lei nº 14.133, de 2021).

PARÁGRAFO QUARTO: Registros que não caracterizam alteração do **CONTRATO** podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DA SUBCONTRATAÇÃO

PARÁGRAFO PRIMEIRO: Não será admitida a subcontratação do objeto do **CONTRATO**.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - DA EXTINÇÃO DO CONTRATO

PARÁGRAFO PRIMEIRO: O **CONTRATO** somente se extingue quando cumpridas as obrigações de ambas as partes, ainda que isso ocorra antes ou depois do prazo inicialmente estipulado para tanto.

PARÁGRAFO SEGUNDO: Se as obrigações não forem cumpridas no prazo estipulado, a vigência ficará automaticamente prorrogada até a conclusão do objeto, caso em que deverá a Administração apostilar a readequação do cronograma físico-financeiro do **CONTRATO**.

PARÁGRAFO TERCEIRO: Quando a não conclusão do **CONTRATO** no prazo inicialmente estipulado decorrer de culpa da **CONTRATADA**:

- a) ficará ela constituída em mora, sendo-lhe aplicáveis as respectivas sanções administrativas; e
- b) poderá a Administração optar pela extinção do **CONTRATO** e, nesse caso, adotará as medidas admitidas em lei para a continuidade da execução contratual.

PARÁGRAFO QUARTO: Constituem motivos para extinção do **CONTRATO**, independentemente do prazo ou das obrigações nele estipuladas, as situações descritas no art. 137 da Lei 14.133, de 2021.

PARÁGRAFO QUINTO: A extinção consensual e a extinção determinada por ato unilateral da **CONTRATANTE** serão precedidas de autorização escrita e fundamentada da autoridade competente e reduzidas a termo, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

PARÁGRAFO SEXTO: Aplica-se à extinção do **CONTRATO** a disciplina dos arts. 138 e 139 da Lei nº 14.133, de 2021.

PARÁGRAFO SÉTIMO: O termo de extinção, sempre que possível, será instruído com os seguintes documentos:

- a) Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;
- b) Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;
- c) Indenizações e multas.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – DO PROGRAMA DE INTEGRIDADE

Não se aplica.

CLÁUSULA DÉCIMA NONA – DAS INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

PARÁGRAFO PRIMEIRO: Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, a **CONTRATADA** que:

- a) der causa à inexecução parcial do **CONTRATO**, deixando de cumprir as obrigações assumidas no presente instrumento;
- b) der causa à inexecução parcial do **CONTRATO** que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

- c) der causa à inexecução total do **CONTRATO**;
- d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do **CONTRATO**;
- f) praticar ato fraudulento na execução do **CONTRATO**;
- g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013;

PARÁGRAFO SEGUNDO: Será aplicável a sanção de advertência quando a **CONTRATADA** descumprir deveres instrumentais ou der causa à inexecução parcial do contrato que não acarrete dano à Administração e que não justifique a imposição de penalidade mais grave, em especial pelo descumprimento das obrigações previstas nos itens **VI, IX, X, XI, XIV, XVII e XVIII** da **CLÁUSULA NONA** deste **CONTRATO** (“Das Obrigações da Contratada”).

PARÁGRAFO TERCEIRO: Será aplicada multa moratória em razão do atraso no cumprimento das obrigações previstas neste **CONTRATO**, em especial as elencadas nos incisos III e IV da **CLÁUSULA NONA**, no percentual de até 0,5% (cinco décimos por cento) ao dia, a ser calculada sobre o valor da parcela inadimplida, a partir do dia subsequente ao prazo estipulado para adimplemento da obrigação, independentemente de notificação do contratado para constituição em mora.

PARÁGRAFO QUARTO: Após o **30º (trigésimo) dia** de atraso injustificado, configura-se o descumprimento total da obrigação e a multa moratória se converterá em multa compensatória, a ser calculada no percentual de 15% (quinze por cento) a 30% (trinta por cento) sobre o valor da parcela inadimplida, podendo dar ensejo à extinção do contrato e aplicação da penalidade de impedimento, se configurado grave dano à Administração.

PARÁGRAFO QUINTO: A penalidade de multa compensatória será aplicada nos casos de descumprimento das obrigações contratuais pela **CONTRATADA**, sempre que deles decorrer inexecução parcial do **CONTRATO** que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo, bem como retardamento injustificado à execução ou entrega do objeto contratado, nos termos das alíneas “b” e “d”, respectivamente, do **PARÁGRAFO PRIMEIRO**, de acordo com as seguintes regras:

- I. 1% (um por cento) a 5% (cinco por cento) sobre o valor total do **CONTRATO**, observado o valor mínimo de R\$ **XXXXXX (xxxxx reais)** e o máximo de R\$ **XXXX (XXXX reais)**, a ser aplicada a quem sofreu a penalidade de advertência e reincidiu pelo(s) mesmo(s) motivo(s);
- II. 10% (dez por cento) a 20% (vinte por cento), sobre o valor da garantia, no caso de descumprimento da obrigação prevista no inciso XIX da **CLÁUSULA NONA**.

III. 10% (dez por cento) a 20% (vinte por cento), calculada sobre o valor da entrega/remessa inadimplida, a ser aplicada quando a **CONTRATADA** descumprir a obrigação prevista no inciso I e II da **CLÁUSULA NONA** quando a situação não se enquadrar em obrigação contratual específica;

IV. 0,5% (cinco décimos por cento) a 2% (dois por cento), calculada sobre o valor da parcela/remessa, a ser aplicada quando a **CONTRATADA** descumprir a obrigação prevista no inciso V da **CLÁUSULA NONA**;

V. 5% (cinco por cento) a 10% (dez por cento), calculada sobre o valor da parcela, quando a **CONTRATADA** deixar de cumprir a obrigação prevista no inciso VII da **CLÁUSULA NONA**;

VI. 5% (cinco por cento) a 10% (dez por cento), calculada sobre o valor da parcela transferida, a ser aplicada quando a **CONTRATADA** descumprir a obrigação prevista no inciso VIII da **CLÁUSULA NONA**;

VII. 0,5% (cinco décimos por cento) a 2% (dois por cento), calculada sobre o valor do **CONTRATO**, a ser aplicada quando a **CONTRATADA** descumprir a obrigação prevista no inciso XV da **CLÁUSULA NONA** e não sanar a pendência no prazo estipulado;

VIII. 1% (um por cento) a 5% (cinco por cento), calculada sobre o valor mensal/parcela do **CONTRATO**, a ser aplicada quando a **CONTRATADA** descumprir as obrigações previstas nos incisos XVI e XVII da **CLÁUSULA NONA**;

IX. 1% (um por cento) a 5% (cinco por cento), calculada sobre o valor da primeira entrega/remessa, a ser aplicada quando a **CONTRATADA** descumprir a obrigação prevista no inciso XII da **CLÁUSULA NONA**;

PARÁGRAFO SEXTO: As sanções de multa previstas no **PARÁGRAFO QUINTO** poderão ser aplicadas cumulativamente com a penalidade de impedimento de licitar e contratar com a Administração Direta e Indireta do Estado de Pernambuco, pelo prazo de 06 (seis) a 18 (dezoito) meses.

PARÁGRAFO SÉTIMO: Na hipótese de inexecução total do **CONTRATO**, prevista na alínea “c” do **PARÁGRAFO PRIMEIRO**, será aplicável a sanção de impedimento de licitar e contratar com a Administração Direta e Indireta do Estado de Pernambuco pelo prazo 18 (dezoito) a 36 (trinta e seis) meses, além de multa compensatória no percentual de 10% (dez por cento) a 20% (vinte por cento) sobre o valor do contrato.

PARÁGRAFO OITAVO: Quando do cometimento das infrações previstas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do **PARÁGRAFO PRIMEIRO**, ou quando praticadas as infrações descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” que justifiquem a imposição de penalidade mais grave, será aplicável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a Administração Pública, pelo período de 03 (três) a 06 (seis) anos, além da multa compensatória de 20% (vinte por cento) a 30% (trinta por cento) sobre o valor do contrato.

PARÁGRAFO NONO: A aplicação das sanções previstas neste **CONTRATO** não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à **CONTRATANTE**.

PARÁGRAFO DÉCIMO: O valor da multa aplicada e das indenizações cabíveis será objeto de compensação com os pagamentos eventualmente devidos pelo **CONTRATANTE** à **CONTRATADA**, decorrentes do mesmo **CONTRATO** ou de outros contratos administrativos que a **CONTRATADA** possua com a **CONTRATANTE**.

PARÁGRAFO DÉCIMO PRIMEIRO: Se o valor da multa for superior ao dos pagamentos devidos pelo **CONTRATANTE**, a diferença será descontada da garantia contratual prestada, se houver, ou será cobrada administrativamente na forma prevista na Lei Estadual nº 13.178, de 2006.

PARÁGRAFO DÉCIMO SEGUNDO: Não havendo o pagamento integral da multa em sede administrativa, o processo será encaminhado à Procuradoria Geral do Estado para inscrição em Dívida Ativa e cobrança.

PARÁGRAFO DÉCIMO TERCEIRO: A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa à **CONTRATADA**, observando-se o procedimento previsto no Decreto Estadual.

PARÁGRAFO DÉCIMO QUARTO: Na fixação das penalidades, dentro das faixas de multa estabelecidas neste Edital, bem como dos prazos previstos para as demais sanções deverão ser observadas:

- a) a natureza e a gravidade da infração cometida;
- b) as peculiaridades do caso concreto;
- c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- d) os danos que o cometimento da infração ocasionar ao **CONTRATANTE**, ao funcionamento dos serviços públicos, aos seus usuários ou ao interesse coletivo;
- e) a vantagem auferida em virtude da infração;
- f) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle interno.

PARÁGRAFO DÉCIMO QUINTO: Em caso de prática da mesma infração ocorrida no prazo igual ou inferior a 12 (dozes) meses, contados da data de publicação da decisão definitiva da condenação anterior, as faixas de multa e os prazos previstos neste contrato poderão ser majorados em até 50% (cinquenta por cento), observados os limites máximos previstos em lei.

PARÁGRAFO DÉCIMO SEXTO: Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei Federal nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e a autoridade competente definidos na Lei Estadual nº 16.309, de 2018.

PARÁGRAFO DÉCIMO SÉTIMO: A personalidade jurídica da **CONTRATADA** poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste

CONTRATO ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com a **CONTRATADA**, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia.

PARÁGRAFO DÉCIMO OITAVO: A **CONTRATANTE** deverá comunicar as sanções aplicadas à Secretaria de Administração, para fins de inclusão da **CONTRATADA** nos sistemas E-fisco e PE-Integrado, no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal, observado o prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da decisão definitiva de aplicação da sanção.

CLÁUSULA VIGÉSIMA – DAS SANÇÕES ESPECÍFICAS DECORRENTES DO NÃO CUMPRIMENTO DA LEI ESTADUAL Nº 16.722/2019

Não se aplica.

CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA - CLÁUSULA ANTICORRUPÇÃO

PARÁGRAFO PRIMEIRO: A **CONTRATADA** se compromete a observar os preceitos legais instituídos pelo ordenamento jurídico brasileiro no que tange ao combate à corrupção, em especial a Lei Federal nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, a Lei Federal nº 9.613/98 e a Lei Estadual nº 16.309/2018.

PARÁGRAFO SEGUNDO: A **CONTRATADA** (i) declara, por si e por seus administradores, funcionários, representantes e outras pessoas que agem em seu nome, direta ou indiretamente, estar ciente dos dispositivos contidos na Lei Federal nº 12.846/2013 e Lei Estadual nº 16.309/2018; (ii) se obriga a tomar todas as providências para fazer com que seus administradores, funcionários e representantes tomem ciência quanto ao teor da mencionada Lei Federal nº 12.846/2013 e Lei Estadual nº 16.309/2018.

PARÁGRAFO TERCEIRO: A **CONTRATADA**, no desempenho das atividades objeto deste **CONTRATO**, compromete-se perante a **CONTRATANTE** a abster-se de praticar ato(s) que possa(m) constituir violação à legislação aplicável ao presente instrumento pactual, incluindo aqueles descritos na Lei nº 12.846/2013, em especial no seu artigo 5º.

PARÁGRAFO QUARTO: Qualquer descumprimento das regras da Lei Anticorrupção e de suas regulamentações, por parte da **CONTRATADA**, em qualquer um dos seus aspectos, poderá ensejar:

I - Instauração do Processo Administrativo de Responsabilização – PAR, nos termos da Lei Estadual nº 16.309/2018 e do Decreto Estadual nº 46.967/2018, com aplicação das sanções administrativas porventura cabíveis;

II – Ajuizamento de ação com vistas à responsabilização na esfera judicial, nos termos dos artigos 18 e 19 da Lei nº 12.846/2013 e do artigo 39 da Lei Estadual nº 16.309/2018.

PARÁGRAFO QUINTO: Sem prejuízo da obrigação de cumprimento das disposições de seus respectivos código de ética e conduta, a **CONTRATADA** se obriga a, no exercício dos direitos e obrigações previstos neste contrato e no cumprimento de qualquer uma de suas disposições: (I) não dar, oferecer ou prometer qualquer bem de valor ou vantagem de qualquer natureza a agentes públicos ou a pessoas a eles relacionadas ou ainda quaisquer outras pessoas, empresas e/ou entidades privadas, com o objetivo de obter vantagem indevida, influenciar ato ou decisão ou direcionar negócios ilicitamente e (II) adotar as melhores práticas de monitoramento e verificação do cumprimento das leis anticorrupção, com o objetivo de prevenir atos de corrupção, fraude, práticas ilícitas ou lavagem de dinheiro por seus sócios, administradores, colaboradores e/ou terceiros por elas contratados.

PARÁGRAFO SEXTO: A **CONTRATADA** se obriga a notificar a **CONTRATANTE**, imediatamente, por escrito, a respeito de qualquer suspeita ou violação das legislações anticorrupção vigentes, bem como nos casos em que obtiver ciência de qualquer prática de suborno ou corrupção.

PARÁGRAFO SÉTIMO: A comprovada violação de qualquer das obrigações previstas nesta cláusula é causa para a extinção deste **CONTRATO**, sem prejuízo da cobrança das perdas e danos causados à parte inocente.

CLÁUSULA VIGÉSIMA SEGUNDA – DOS CASOS OMISSOS

Os casos omissos serão decididos pelo **CONTRATANTE**, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, e demais normas estaduais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e nas normas e princípios gerais dos contratos.

CLÁUSULA VIGÉSIMA TERCEIRA – DA PUBLICAÇÃO

Nos termos do art. 94 da Lei nº 14.133, de 2021, o presente instrumento contratual será publicado no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) em até 20 (vinte) dias úteis contados da data de sua assinatura, bem como no Sistema PE Integrado como condição de sua eficácia.

CLÁUSULA VIGÉSIMA QUARTA – DA RESOLUÇÃO DE CONTROVÉRSIAS E DO FORO

PARÁGRAFO PRIMEIRO: As controvérsias administrativas e litígios decorrentes deste **CONTRATO** deverão ser preferencialmente submetidos à composição da Câmara de Negociação, Conciliação e Mediação da Administração Pública Estadual, conforme art. 11 da Lei Complementar nº 417, de 09.12.2019.

PARÁGRAFO SEGUNDO: Fica eleito o Foro da Comarca do Recife para dirimir os litígios decorrentes deste **CONTRATO** que não puderem ser compostos pela conciliação, obedecidos os termos do art. 92, §1º, da Lei 14.133, de 2021.

E, para firmeza e como prova de assim haverem entre si ajustado e contratado, foi lavrado o presente instrumento contratual, o qual depois de lido e achado conforme, foi assinado pelas partes contratantes.

Recife, XX de xxxxx de xxxx.

CNPJ XXX
CONTRATANTE
CNPJ XXX
CONTRATADA

ANEXO I

TERMO DE CIÊNCIA DO GESTOR E DO FISCAL DO CONTRATO

INTRODUÇÃO

Referência: Art. 17, III, do Decreto Estadual nº 51.651/2021.

1. IDENTIFICAÇÃO

CONTRATO Nº: XXXX/AAAA

OBJETO: <objeto do contrato>

CONTRATADA: <nome da contratada>

CNPJ: XXXXXXXXXXXXX

GESTOR DO CONTRATO OU FISCAL DO CONTRATO: <Nome do gestor do Contrato OU fiscal do Contrato>

MATRÍCULA: XXXXXXXXXXXXX

2. CIÊNCIA

EU, _____, matrícula _____, ocupante do cargo _____, pelo presente termo, DECLARO QUE:

estou ciente da minha designação para atuar como gestor/fiscal (indicar conforme o caso) do Contrato nº XXX;

comprometo-me a cumprir as atribuições declinadas na Cláusula XXX do Contrato nº XXX;

estou ciente de que minha substituição poderá ser realizada pela autoridade competente, por razões de conveniência ou interesse público, mediante apostilamento ao contrato.

Recife, XX de XXXXXXXXXXXX de XXXX.

ASSINATURA DO FISCAL/GESTOR